

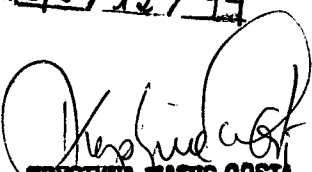
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**JARDIM ILHA CONTINENTE: UM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO
COMUNITÁRIA EM ARTICULAÇÃO COM O MOVIMENTO
POPULAR DE FLORIANÓPOLIS**

Aprovado Pelo DSS
Em 18/12/94


KRYSTYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

LUCIANE APARECIDA BOLDA

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**JARDIM ILHA CONTINENTE: UM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO
COMUNITÁRIA EM ARTICULAÇÃO COM O MOVIMENTO
POPULAR DE FLORIANÓPOLIS**

*Monografia apresentada ao Departamento de
Serviço Social da Universidade Federal de
Santa Catarina, para obtenção do Título de
Assistente Social.*

LUCIANE APARECIDA BOLDA

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 1994.

À Comunidade

Jardim Ilha Continente

AGRADECIMENTOS

- Aos meus pais, Valdeia e Gumercindo, que estiveram presentes, mesmo diante de minha ausência. Amo vocês!

- Aos meus irmãos Gabriel, Giane e Valério, pelo companheirismo e compreensão. Uma amizade eterna...

- À Eliete, que acreditou no meu trabalho e ajudou-me a concluir esta etapa. Uma grande profissional e uma grande amiga...! As palavras são limitadas para agradecer-lhe... “Muita força”!

- Ao Jader, pelo incentivo constante, acompanhando afetivamente todos os momentos desta trajetória e que, de uma forma especial, “mostrou-nos” a ausência dos obstáculos. Registro meu carinho...

- À Lu, companheira durante estes anos. Sabemos que esta é apenas uma semente... Encontramo-nos nos desafios da profissão...

- À Ivete, pela paciência e estímulo na orientação deste trabalho, contribuindo para a superação de algumas limitações. Meu profundo agradecimento.

- Às lideranças da Comunidade Jardim Ilha Continente, que efetivamente contribuíram com meu crescimento profissional e pessoal. Acredito nesta luta !

- Ao Centro Acadêmico, embora precisasse privar-me dele, durante a realização deste trabalho: nossas discussões e lutas foram significativas neste processo. Acredito que o caminho é este.

- E a todos que, direta ou indiretamente, apoiaram-me e contribuíram para a concretização deste trabalho. Registro o apoio de Gisele, Noemi, Adriana, Ademilson, Zenirto, Lucio e Elizandro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 - COMUNIDADE JARDIM ILHA CONTINENTE: EXPRESSANDO AS CON- TRADIÇÕES SOCIAIS	10
2 - A LUTA PELA CONQUISTA DA MORADIA E SUA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO POPULAR DE FLORIANÓPOLIS	23
3 - A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AS LUTAS COTIDIANAS	34
4 - O PAPEL DAS ASSESSORIAS	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
BIBLIOGRAFIA	76
ANEXO	81

INTRODUÇÃO

Sob características próprias de um determinado contexto histórico, o presente trabalho configura-se a partir dos condicionantes das relações desencadeadas durante nosso período de estágio na *Comunidade Jardim Ilha Continente*, vinculado ao “Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias” do CEDEP - Centro de Educação e Evangelização Popular.

Embora constituída por uma certa autonomia, nossa intervenção no cotidiano dessa Comunidade esteve pautada pelos objetivos centrais desse centro de assessoria; ou seja, foi uma constante a preocupação com a formação de lideranças, numa perspectiva de desencadear um processo de tomada de consciência histórico-crítica acerca das contradições sociais que perpassam o sistema capitalista e, ainda, de dimensionar o conjunto de atores sociais que se colocam na cena política da cidade; desenvolver estratégias de articulação entre os sujeitos coletivos, tanto no nível interno do processo organizativo da Comunidade, como entre diferentes agentes da sociedade civil e política, tendo em vista a ampliação dos espaços de participação e o

fortalecimento da luta de uma fração da classe subalterna. Para tanto, procuramos participar dos diferentes espaços de discussão e articulação no cotidiano da Comunidade: reuniões dos grupos organizados e da Associação de Moradores, assembléias gerais, contatos informais com os moradores, bem como participação nos seus momentos de lazer e, ainda, engajamento em espaços de discussão e articulação dimensionados aos interesses dos Movimentos Sociais, promovidos por agentes da sociedade civil e política.

Articulada às condições históricas objetivas da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, a construção de nosso objeto de investigação esteve constantemente permeada pelas representações subjetivas de lideranças da Comunidade. Sob a pretensão de nosso trabalho não se limitar a uma simples sistematização e análise de dados, destinados aos arquivos acadêmicos, objetivamos analisar e acompanhar a dinâmica das relações impostas pela realidade investigada, comprometendo-nos com uma ação coletiva e transformadora, que contribua para o processo de formação e conscientização dos participantes, bem como para a melhoria de suas condições de vida. Mediante esse processo, os objetivos que deram origem ao presente estudo foram delimitados a partir de discussões com algumas lideranças comunitárias, sobre as demandas impostas pelo processo organizativo, em que se definiram prioridades que deveriam ser aprofundadas pelo Serviço Social:

“ . . . Para mim da Diretoria, acho que a estagiária, neste caso, deveria servir como um eixo ligando Comunidade à Diretoria. Quero dizer, aproximar mais, fazer com que as pessoas assistam mais às reuniões...” (Junho/1993).

“... *Comunicação com a Comunidade, para maior participação com a Diretoria.*” (Junho/1993).

“... *Reunir as Comunidades para um trabalho mais conjunto.*” (Junho/1993).

A partir de então procuramos analisar, historicamente, as articulações das lutas dos sujeitos coletivos (Associação de Moradores, grupos e moradores) da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, no seu processo organizativo, e ainda sua articulação com lutas mais amplas dos Movimentos Sociais de Florianópolis, que “. . . vão além da defesa de interesses particulares e que buscam intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social.” (SCHERER-WARREN, 1993: 116). Para tanto, nossa participação no cotidiano da comunidade foi a base para os instrumentos de investigação utilizados: observação e relatórios de reuniões, principalmente, da Associação de Moradores, sob a metodologia da Pesquisa-Ação, baseando-nos na concepção de Michel Thiollent (1988).

A análise dos resultados da investigação permeia a presente exposição, sob um resgate histórico da luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente* por moradia e sua relação com o Movimento Popular de Florianópolis, ao longo de seu processo organizativo, bem como suas relações de lutas cotidianas, perpassadas por avanços e desafios. Para tanto, buscamos resgatar questões relevantes da práxis dos Movimentos Sociais nas décadas de 70 e 80, contextualizando, assim, o período de ocupação da Comunidade.

Mediante a produção de um intenso fluxo migratório, desencadeada fundamentalmente na década de 70, a Comunidade constitui-se no espaço urbano como concentração de força de trabalho, que contribui para a acumulação capitalista, produzindo a sua própria exclusão social, econômica, política e cultural. Dessa forma, procuraremos analisar como os moradores colocam-se nesse novo espaço, que os obriga a viver sob precárias condições de vida, seja no âmbito da saúde, educação, habitação, ou mesmo do lazer, sofrendo ainda um significativo processo de aculturação e perda de sua identidade social; como se colocam frente ao principal mediador das determinações conjunturais e estruturais do processo de urbanização, na sua luta pela cidadania; ou seja, abordaremos também o papel do Estado nesse contexto, bem como sua relação com as classes populares, centrando-nos na história de luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente*.

Entendendo a Associação de Moradores como instrumento de articulação das relações cotidianas da base dos Movimentos Populares, e, fundamentalmente, como espaço de formação política e construção de uma nova consciência, dissertaremos historicamente acerca de sua constituição na Comunidade em foco, analisando suas relações com outros sujeitos que constituem o processo de organização, bem como a relação com os moradores como um todo. Suas conquistas e participação nos espaços institucionais, e em momentos de discussão com outras comunidades, será o enfoque central de nosso trabalho.

Finalmente, sob a compreensão de que a presença de assessorias na luta destes sujeitos coletivos é uma constante e, portanto, essa relação é um dos fatores

que determinam a dinâmica do seu processo organizativo, discorreremos acerca de seu papel na *Comunidade Jardim Ilha Continente*, visto que nessa realidade se expressa significativamente.

Acreditamos que a presente exposição caracteriza-se como uma tentativa de delinear algumas inquietações coletivas referentes a uma determinada realidade social. Por realizar-se sob limitações acadêmicas e pessoais, entretanto, observamos a necessidade de um aprofundamento na questão por nós abordada, o que poderá e, quiçá, será levado a efeito por outro (s) pesquisador (es).

1 - COMUNIDADE JARDIM ILHA CONTINENTE: EXPRESSANDO AS CONTRADIÇÕES SOCIAIS

Entender a *Comunidade Jardim Ilha Continente - CJIC*, como expressão das contradições sociais, supõe uma análise das inter-relações dos fatores que a constituem, e perpassam sua história e seu cotidiano. Devido à complexidade intrínseca desses inúmeros condicionantes, que se fundem nos aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos, temos clareza da impossibilidade de compactá-los neste estudo. Tentaremos brevemente sistematizar uma análise das condições objetivas e subjetivas nas quais se encontram os sujeitos históricos da referida Comunidade.

Nas proximidades da Avenida Ivô Silveira e da rua Santos Saraiva no Bairro de Capoeiras, Florianópolis, há uma área de 32.225,75 m², em que a saúde se encontra constantemente ameaçada, entendida não apenas quanto a doenças, mas quanto à falta de condições que representem qualidade de vida em todos os níveis para seus habitantes. Essa é uma área em que não existe um saneamento básico

adequado, expressando um quadro estadual que indica um índice de 49,0% de domicílios - ou seja, 2.225.577, segundo dados do IBGE (1991) - que não atendem a um ou mais dos critérios necessários para uma sobrevivência digna, como abastecimento de água com canalização interna, esgotamento sanitário ligado à rede geral de esgoto ou fossa séptica e lixo coletado. Um lugar onde a maior parte (57,65%) do material utilizado nas construções é mínimo e destituído de segurança; onde pessoas sobrevivem sob precárias condições de trabalho, o que as coloca em situações sub-humanas pela exploração desenfreada - a sua maioria atua como biscateiros (38,34%) - sendo, desta forma, variável o número de desempregados; entre as mulheres, 10,88% trabalham como domésticas. A renda mensal familiar varia entre um a dois salários mínimos (40,26%), que é o limite da subsistência de três a seis pessoas; dessa forma, vive-se diariamente sob a angústia e a incerteza da garantia de uma alimentação básica e desconhece-se uma política de planejamento familiar. Constata-se, portanto, que a saúde, aqui, apresenta-se enquanto acesso restrito, ou quase inexistente. O acesso ao serviço público limita-se ao Posto de Saúde localizado na Comunidade ao lado, o *Morro da Caixa*. Utiliza-se, portanto, do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido a partir da Constituição de 1988, mediante a municipalização dos serviços administrativos, técnicos e financeiros. Assim, as mais de 250 famílias da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, bem como a grande maioria da população brasileira, passam a submeter-se ao atendimento nos Centros e Postos de saúde, que se encontram constantemente em escassez de recursos humanos e financeiros. São longos seus dias ou meses de espera por uma consulta médica, enquanto se defrontam com uma população que conta com

atendimento imediato no setor privado. A medicina preventiva deixa para aquelas famílias de ser uma necessidade, dando espaço a situações emergenciais. Uma análise mais aprofundada a respeito dessa problemática, no entanto, exigiria um outro espaço de sistematização, devido a sua complexidade, o que foge ao presente estudo.

A precariedade das condições de vida da Comunidade não se esgota aí. Ela defronta-se, ainda, com a destituição à educação. O ensino público torna-se neste caso privado, pois a rotina do trabalho começa cedo demais e a escola acaba se tornando um espaço esquecido, supérfluo, inacessível. Transformando-se precocemente em força de trabalho, crianças e jovens vêem reduzidas suas possibilidades de acesso à educação. A maioria das crianças que ainda permanece na escola frequenta o Colégio Polivalente, localizado na Av. Ivo Silveira, próximo à Comunidade. As famílias que não podem manter os filhos em creches domiciliares, por elas serem pagas, deparam-se com a falta de vagas nas creches públicas, pois a Comunidade encontra-se ainda destituída de um espaço capaz de atender a essa demanda. A grande maioria dos moradores, que se encontra entre 26 a 41 anos de idade (60,60% dos moradores), não possui o primeiro grau completo (65,90%) e 6,10% são analfabetos, o que expressa claramente a sua gradativa exclusão educacional, já que se trata de uma Comunidade jovem¹. A taxa de analfabetismo, em Florianópolis, corresponde a 11,64 %, sendo que em Santa Catarina encontramos um índice de 13,72% (IBGE/1991). Um quadro bastante contraditório, frente à garantia do ensino obrigatório e gratuito apresentada pelo Estado, que prevê 25% da receita orçamentária à educação, sem no entanto, prover a igualdade de condições de acesso ao ensino.

¹Dados levantados pelo IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, em dezembro de 1992.

O lazer, para os moradores dessa Comunidade é, portanto, colocado em último plano. O único espaço garantido para isso são as ruas, ocupadas pelas crianças. A maioria dos adultos, geralmente os homens, contenta-se em reunir-se nos bares existentes na própria Comunidade e, às mulheres, restam-lhes os momentos em que se encontram nas casas vizinhas. Frequentemente, no entanto, a maior parte do tempo livre é invadido pelos programas de televisão.

Não seria necessário irmos além desse espaço físico, para evidenciarmos a desigualdade social que se manifesta nessas condições de miséria. Bastaria que olhássemos as condições de uma outra realidade que a cerca (anexo 1).

Diante desse quadro a Comunidade convive diariamente com a violência. Violência entendida em dois níveis; por um lado, enquanto enfrentamento e negação às condições de miséria, de opressão e dominação que lhe são impostas e, por outro, a violência de um sistema que retira a vida, quando obriga homens e mulheres a viverem em condições sub-humanas. Conforme analisa ABRANCHES (1985:34-5), ao caracterizar a situação de destituição em que vive a maioria da população brasileira:

“ ... mobilizam para o trabalho os filhos em idade escolar e aqueles membros em menor condição de trabalhar (velhos, inválidos) e precisam submeter-se, no conjunto, a uma sobrecarga de trabalho para obter a renda parca que lhes garanta a subsistência precária. São imposições da necessidade, que tolhem a liberdade, pois consomem as energias exclusivamente na luta contra a morte. Não podem cuidar senão de sua mínima persistência física, material.(. . .) Essa ditadura da necessidade sequer garante a sobrevivência material íntegra. Todo o tempo, os pobres vivem apenas para não morrer. (. . .) Para sobreviver, consomem mais horas de trabalho, subtraídas ao estudo, ao descanso, ao lazer, à busca de opções de trabalho e renda, ao exercício da criatividade, à ação política, aos cuidados com a saúde.”

Encontramos, dessa forma, a expressão da exclusão econômica e social em toda a sua intensidade. Uma exclusão que se constitui a partir da complexidade de um sistema que só é capaz de reproduzir-se através da exploração e opressão da vida de milhões e milhões de pessoas.

Homens e mulheres vêm-se obrigados a vender sua força de trabalho, tornando-se objeto de um modo de produção capitalista, com valor insuficiente para a sua própria reprodução física, produzindo, assim, a negação de sua necessidade vital. A produção e reprodução do capitalismo implica a reprodução de uma crescente relação de dominação e opressão: “. . . *A acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital.*” (IAMAMOTTO, 1986: 62). Quanto mais o trabalhador produz, tanto mais se torna dependente e alheio do seu trabalho; quanto mais produz a riqueza do outro, tanto mais reproduz sua destituição.

Na relação de forças entre os grandes produtores imobiliários de Florianópolis e o grande contingente de força de trabalho destituída de propriedade, encontram-se os determinantes da negação à habitação de uma imensa parcela da população. A grande maioria dos trabalhadores da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, constituindo-se mão-de-obra da construção civil, vê-se obrigada a lutar pelo que produz em grande escala: moradia.

Tais relações imanentes do sistema capitalista supõem o desenvolvimento de um espaço possível de aglutinar demandas, suscetível de atrair um grande contingente de força de trabalho, a fim de garantir a reprodução do capitalismo. Esse espaço

encontra-se intrinsecamente articulado aos condicionantes da produção e reprodução do capital, desenvolvendo as condições necessárias - aumento dos meios de consumo produtivo e de consumo individual e coletivo - para a sua reprodução. Esse processo de urbanização desenvolve novas necessidades no conjunto da sociedade, determinando um novo modo de vida social. A urbanização não oferece apenas condições para o desenvolvimento da produção e da força produtiva, mas abrange ainda a reprodução do capital no conjunto da sociedade. A urbanização “. . . não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista . . .” (LOJKINE, 1981: 137).

Fruto desse processo político-ideológico, que se traduz através do fluxo migratório, a *Comunidade Jardim Ilha Continente* constitui-se concentração de força de trabalho, contribuindo para a reprodução do capitalismo. As primeiras ocupações na área deram-se por volta de 1983, por famílias provenientes fundamentalmente dos Estados do Paraná (13,44%) e Rio Grande do Sul (5,88%), e do interior de Santa Catarina (47,90%). Na medida em que uma significativa fração popular é expulsa de seu espaço rural, devido à ausência de políticas agrícolas, enfatizada por um Estado excludente, definem-se novos meios de consumo produtivo pertencentes ao capitalista, condicionando os limites de seu consumo individual e coletivo, (saúde, educação, transporte, alimentação, habitação, etc). Essa grande massa de trabalhadores passa a vender sua força de trabalho por um valor abaixo do mínimo de sua subsistência, colocando-se à margem de seus direitos trabalhistas. O espaço urbano e, portanto, os aglomerados populacionais, incluindo as inúmeras comunidades constituídas em Florianópolis, permitem a produção e reprodução das relações sociais

de produção. A concentração, portanto, de contingentes populacionais num espaço restrito não supõe apenas um inchaço territorial, mas a determinação de condições para a manutenção do capital. Conforme expressa LOJKINE (1981: 121), *“As formas de urbanização são antes de mais nada formas da divisão social (e territorial) do trabalho . . .”*

Dessa forma, a cidade torna-se o principal espaço de desenvolvimento da luta de classes. O urbano não é apenas um espaço de desigualdade de acesso aos meios de consumo, mas expressão da centralização política e econômica pelo Estado e pelos grandes capitalistas, representando os interesses da classe dominante. O Estado assume papel decisivo no processo de adaptação e socialização desse aglomerado humano às suas novas relações sociais de produção. Contraditoriamente, o espaço urbano exige a formulação de políticas que possam cooperar na reprodução dessa força de trabalho. Apesar de constituírem-se despesas não rentáveis, contribuem para a produção ideológica do equilíbrio social e coletivo, camuflando as contradições e controlando os conflitos de classes; são, portanto, integrantes do desenvolvimento das condições necessárias de produção.

O processo de urbanização define-se, pois, sob determinações políticas, econômicas e sociais, mediadas fundamentalmente pelo Estado. Por se apresentar como agente gerenciador da relação capital-trabalho, o Estado torna-se o principal mediador das lutas de classes. Dessa forma, o conflito urbano torna-se visível, mediante as reivindicações ao Estado; ao mesmo tempo em que deve empreender meios para atender às exigências do capitalismo, deve dar respostas às forças em conflito, que se manifestam a partir das necessidades das camadas populares, impostas

pelo desenvolvimento urbano, ou seja, *“devido à heterogeneidade de interesses que se condensam em torno do Estado, a ele competirá, como resposta, dar coesão político-ideológica à sociedade.”* (GOHN, 1982: 23).

Esta nova realidade, que se tornou significativamente complexa na década de 70, levou-nos a crer que a verdadeira configuração do chamado “milagre econômico” então alardeado era outra. Do ponto de vista de uma redistribuição econômica e estagnação das desigualdades sociais, não ocorreu milagre. Houve, na verdade, um período de acirramento da exploração e repressão das classes populares, uma profunda contenção das manifestações e reivindicações. Se houve um milagre, ele ocorreu somente para 1% da população; a maioria continuava recebendo menos de um salário mínimo. Sobrevivemos a um modelo concentrador e excludente. Conforme coloca-nos HABERT (1992: 15): *“A milagrosa expansão da economia brasileira fazia-se, pois, a custa da pauperização e do silêncio forçado de imensos contingentes de trabalhadores assalariados.”* Além de todo o peso do aparato repressivo, presenciamos a uma tentativa manipuladora de legitimação do poder político autoritário, através do discurso pautado no equilíbrio econômico. As transformações econômicas em nível mundial, portanto, ocorridas durante o governo Geisel, exigiram uma nova forma de dominação política. De acordo com a análise de SADER (1982: 177):

“... a força do regime estava e está sempre diretamente ligada às condições reais de reprodução do sistema, de uma reprodução que seja igualmente reprodução da burguesia em sua diversidade e complexidade. Se esta reprodução (incluindo a reprodução de alianças sobre as quais se alicerça o Poder) não pode ser mantida, o sistema entra em crise. Abre-se um período de transição.”

O regime político então vigente perdeu, assim, sua legitimidade. A centralização do poder, no entanto, ainda esteve assegurada, durante o período de abertura política, pelo desenvolvimento de uma ação estatal tecnoburocratizada, que investiu num processo de despolitização da sociedade civil. Essa nova relação permitiu a proliferação e intensificação de organizações individualizadas e corporativas, demonstrando significativo potencial para conter os conflitos de classes. A década de 80 retomou gradualmente o governo populista, quando buscou, por meio da cooptação e de políticas paternalistas e clientelistas, responder às demandas das classes dominadas, a fim de integrá-las ao sistema de produção e reprodução do capitalismo, mediante o incentivo ao processo de urbanização, e coibir suas lutas organizadas, não ameaçando, assim, o poder do grupo hegemônico. A nova representação da política institucionalizada mantinha-se, dessa forma, sob um discurso democratizante de um Estado provedor das desigualdades sociais.

Durante esse período ocorreu uma significativa inversão no quadro populacional brasileiro. Na década de 50, 64% da população vivia na zona rural e apenas 36% permanecia na zona urbana. Já em 1990, constata-se que a área urbana abrange um índice de 75% da população, enquanto a área rural, apenas 25%. O Estado catarinense expressa esse mesmo desequilíbrio. Em 1960 a área rural contava com 68% da população e a urbana, com 32%. Atualmente apenas 35% dela encontra-se no campo e 65%, nos espaços urbanos. Esse novo quadro apresenta um déficit habitacional de 250 mil moradias, sendo 43 mil somente em Florianópolis.

Seria necessária a construção de 12,5 milhões de moradias populares, para se resolver o problema da escassez habitacional no país. (IBGE/1991).

Com a extinção do BNH - Banco Nacional de Habitação, em 1986, presenciamos atualmente a ausência de uma política habitacional voltada para as classes populares. Durante o período de 1964 a 1986, o BNH construiu 4,5 milhões de habitações, sendo, no entanto, somente 18% destinada à população de baixa renda. Fundamentalmente na década de 80, com o significativo acréscimo no índice de desemprego, houve uma escassez de recursos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, destinados ao financiamento de moradias populares. O governo Collor (1989) criou o PAI - Plano de Ação Imediata, o PROHAP - Programa de Habitação Popular e ainda o PROAREAS - Programa de Urbanização de Áreas, dando continuidade à elaboração de programas com o caráter de incorporação de mão-de-obra do beneficiário, retirando parcial responsabilidade do Estado frente ao problema habitacional, na medida em que utiliza o discurso da participação popular enquanto suporte de ação política. O governo Itamar Franco desenvolveu o projeto "Habitar Brasil", voltado aos centros urbanos com até 50 mil habitantes, e o "Programa Morar Município", para cidades com menos de 50 mil habitantes. Atualmente, discute-se o projeto do "Fundo Nacional de Habitação Popular", ainda não aprovado. Constatamos, portanto, que as limitações e fragmentações das políticas governamentais voltadas a essa problemática ocorre devido à ausência de uma articulação com uma política fundiária e, mais ainda, à desassociação com políticas agrárias. O problema da habitação não poderá ser resolvido sem a efetivação de um projeto que aponte respostas à questão do espaço urbano, através de uma política

capaz de oferecer, à população de baixa renda, condições de acesso não somente à terra, mas, em seu sentido mais amplo, à moradia, enquanto viabilização do exercício da cidadania. Transcendendo esse limite capitalista, concordamos com a análise de ENGELS (1953: 116), ao escrever que: “... Para acabar com esta escassez de habitação não existe senão um meio: abolir a exploração e a opressão da classe operária pela classe dominante”.

Em Florianópolis, o fluxo migratório iniciou-se principalmente no final da década de 70, em meio a um período de crise econômica e política. A capital catarinense depara-se então, com um processo de entumescimento, demarcado pelo crescimento de áreas concentradas de pobreza e miséria, chegando elas a um total de 67, segundo dados levantados em 1983². A “Ilha da Magia” retira de seus pescadores as mínimas condições de sobrevivência sob a pesca artesanal, expulsando-os para o centro comercial, única fonte econômica do município além do turismo. Este em maior grau, em nome da especulação imobiliária, aliado à “super-valorização” do serviço público, aparece como foco de atração ao migrante. Florianópolis torna-se, dessa forma, a “esperança de uma vida mais digna” para aquele que desconhece que seu único espaço de “turismo” será na indústria da construção civil, como operário.

A constituição da *Comunidade Jardim Ilha Continente* esteve e está permeada por um conjunto de forças contrárias à legitimação da concentração de uma fração populacional, de baixo nível de renda, num espaço considerado altamente valorizado. A valorização do seu solo dificultou, e ainda dificulta, a construção do direito à moradia e a viabilização do seu processo de urbanização. Atualmente,

²Dados levantados em 1983, por assessorias ao Movimento Popular de Florianópolis que atualmente integram o CEDEP - Centro de Educação e Evangelização Popular.

expressando as relações sociais, políticas, econômicas e culturais do espaço urbano, configura-se um intenso movimento de entrada e saída de migrantes no interior da comunidade, devido à escassez de solo urbano, ou, no sentido mais exato, à concentração e má distribuição do solo, à inoperância dos recursos destinados à habitação e à ausência de políticas capazes de romper com uma intervenção estatal limitada ao imediatismo, clientelismo e ao corporativismo, inerente à própria cultura política do país, na resolução do problema da moradia popular. Contraditoriamente, se por um lado a atual urbanização da área da *Comunidade Jardim Ilha Continente* expressa a conquista ao atendimento das necessidades coletivas de seus moradores, o que é necessário ser considerado, por outro não resolveu o problema de inúmeros migrantes que chegam diariamente à cidade, isto é, não apresentou saídas para a questão da moradia popular no município, devido ao seu caráter corporativo.

Nesse período, no entanto, Florianópolis presenciava um grande fluxo de lutas reivindicativas pela conquista da moradia. A Prefeitura Municipal, por pressão do Movimento Popular, instituiu, em julho de 1989, o FMIS - Fundo Municipal de Integração Social, tendo como principal objetivo promover o reassentamento de famílias de baixa renda e discutir a questão habitacional na cidade. A atuação do órgão, porém, esteve submetida à burocratização de uma política populista, não oferecendo alcance político expressivo. Somente com seu último processo eleitoral, em agosto deste ano, perpassado por intensas discussões desencadeadas por lideranças comunitárias e assessorias ao Movimento Popular é que surgem novas perspectivas de transformação no âmbito da questão habitacional no município. A vitória da representação popular nessa eleição, além de garantir a legitimidade

representativa no Conselho do FMIS, configura um novo espaço de participação popular na gestão da cidade, questão que iremos aprofundar posteriormente.

Atualmente a *Comunidade Jardim Ilha Continente* ainda sofre um processo de integração na malha da cidade; os valores da vida no campo confundem-se com as novas práticas e acepções do urbano, caracterizando a construção de uma nova consciência política de forma lenta e gradativa. Durante o processo de luta pela conquista da moradia, seus moradores sofreram significativas transformações no nível ideológico. Nesse processo dialético de luta e construção da consciência política, as classes populares, entendidas como o conjunto de camadas subordinadas à espoliação e à dominação política, econômica, social e cultural, passam a organizar-se. A luta pelo acesso aos meios de consumo coletivo, bem como a construção e redefinição da cidadania, deu-se mediante intenso confronto com o poder público. As conquistas empreendidas pela *Comunidade Jardim Ilha Continente* marcam o desenvolvimento de um potencial para a definição de novas perspectivas no processo de transformação social. Esses, e outros eixos teóricos que se constituíram na história desta comunidade, serão analisados a seguir.

2 - A LUTA PELA CONQUISTA DA MORADIA E SUA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO POPULAR DE FLORIANÓPOLIS

O processo de ocupação na área da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, bem como das demais comunidades que se constituíram em Florianópolis, foi marcado por uma forte resistência frente ao poder hegemônico, cultural, social, econômico e politicamente. A produção político-ideológica que se desenvolveu no país intensamente, a partir da década de 50, configurando o intenso movimento migratório, marcou o início de todo um processo de aculturação de um povo, igualmente dominado na sua condição de trabalhador rural, mas que ainda possuía a garantia de sua subsistência, e mantinha relações de solidariedade entre os que se encontravam em semelhante destituição. Essa população reconhecia seu espaço e seu grupo e identificava-se com ele. A valorização do sujeito enquanto identidade social e cultural, ao contrário, dá lugar ao individualismo e à massificação a partir de valores da sociedade capitalista. Agentes em luta, “invadidos” por um processo de interiorização cultural, são considerados em condições de “invasores”, por uma

sociedade permeada pela significação política do grupo hegemônico. (CHAVES, 1987). Homens e mulheres defrontam-se, assim, com novos valores e com a necessidade de conviver com o divergente. Conforme analisa SADER (1988: 99), baseando-se em PETRINI:

“... O processo que do ponto de vista da sociedade é de integração, consiste para o migrante na desagregação dos laços de solidariedade a pessoas e grupos sociais, na perda da fidelidade a valores e idéias que resultam numa sistemática de desapropriação de sua identidade” (apud LIMA & CUNHA, 1992: 29).

*A partir de uma necessidade coletiva imediata - a conquista de um espaço de moradia - desenvolvem-se relações de solidariedade na busca de estratégias de luta política. As práticas cotidianas representam, assim, o espaço de construção de uma nova identidade coletiva e de um processo de tomada de consciência, a partir de interesses comuns. As novas relações, que vão se formando no conjunto das lutas cotidianas, definem uma nova ação e expressão coletiva na reprodução das relações sociais, determinando a construção de uma nova cultura política. *“... As relações sociais cotidianas, embora revelem-se reificadas, escondidas, ocultas por este modo de produção, se apresentam ao mesmo tempo como fundantes de reflexões que buscam extrapolar o modo de ser e de pensar da sociedade burguesa.”* (SIMIONATTO, 1989: 126). Ao mesmo tempo em que a luta desses sujeitos coletivos está permeada por valores capitalistas, ela possui a potencialidade para construir uma nova identidade social. A dominação capitalista não ocorre de modo linear, mas perpassada por correlações de forças de negação e afirmação do sistema, que vão abrindo novos

espaços, construindo uma nova consciência. O sistema estabelece, historicamente, as condições objetivas para a sua própria negação e contradição, expressando, a todo momento, a luta de classes: “. . . é o acirramento das contradições que provoca a abertura de espaços de lutas e confrontos em diferentes níveis da vida social, política e econômica.” (GOHN, 1985: 18). A representação de “invasor” que transgride a ordem historicamente estabelecida é, portanto, substituída pela caracterização de uma camada popular que vive a espoliação urbana e luta pelos seus direitos, mediante a consciência coletiva da desigualdade. É na unificação dos interesses, aliada à própria necessidade material, que se estabelece a confrontação à ideologia dominante; “... é a vivência na área e a própria participação nos movimentos sociais que se formam, dentro e fora dela, que vão se encarregar de transformar a visão e as significações anteriores.” (CHAVES, 1987: 10). Essa interiorização da ocupação do espaço urbano, como direito que lhe é negado, é a base para a legitimação da luta pela moradia, marcando o início da superação do imobilismo e a construção de uma nova identidade, na confrontação ao poder político e econômico. “*Não é necessariamente, a miséria crescente, mas a consciência da pobreza que contribui para a mobilização popular.*” (DURHAM, 1984 apud AMMANN, 1986:10).

Durante todo o processo de luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente* pela moradia, constatamos a emergência de novos sujeitos sociais, com significativo potencial na construção de uma nova cidadania. “... a transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania.” (DURHAM, 1984: 29 apud JACOBI, 1987). O reconhecimento do direito, de acordo

com suas carências, e a crescente espoliação da qualidade de vida é, portanto, a mediação do processo de luta. A busca de aceções diferenciadas quanto à emergência de inúmeros sujeitos históricos deve, portanto, estar pautada, no campo de sua luta, pela conquista dos direitos políticos e sociais. Direitos que se articulam entre si, de forma que um é condição de possibilidade do outro. (MOISÉS, 1981 apud SCHERER, 1987: 39).

Na medida em que as Comunidades unificam suas lutas no confronto ao Estado, começa a surgir na cena política da capital catarinense o Movimento Popular Urbano, voltado para a transformação das relações de dominação e exploração, expressando as contradições imanentes da sociedade capitalista e, no seu sentido mais amplo, as próprias contradições de classes. De acordo com a concepção de BALLÓN (1983: 225):

“... a categoria movimento popular refere-se a um sujeito social e político, a uma vontade coletiva que sintetiza as massas, e que tem nas classes sua determinação principal. O povo como sujeito de ação histórica não se constitui à margem das classes, mas, ao contrário, acompanha o mesmo processo de constituição das classes, e as formas e características que assume correspondem ao nível e grau de desenvolvimento destas últimas.” (apud CAMACHO, 1987)

Os Novos Movimentos Sociais, definem-se, assim, na superação destas lutas específicas, buscando construir um novo projeto político democrático, questionando e combatendo o autoritarismo do Estado, interferindo no processo histórico da sociedade, desenvolvendo significativas transformações nas relações de classes. Apresentam, no entanto, especificidades, de acordo com as condições conjunturais e

estruturais onde se encontram. Mesmo em locais em que tais Movimentos não apresentam alto grau de desenvolvimento, já apontam, em termos gerais, perspectivas de mudança.

Com as inúmeras ocupações e as intensas tentativas de despejo a que estão sujeitas, as comunidades da capital catarinense fortalecem suas associações de moradores e articulam suas lutas, através da comissão dos Sem-Teto, estruturada em 1982, confrontando-se com o então governo populista de Esperidião Amim. Ocorreu nessa época um intenso período de discussões e manifestações em torno dos interesses coletivos de inúmeras Comunidades, expressando o grande fluxo dos Movimentos Sociais no país, que incorporou um projeto político e cultural capaz de construir a práxis revolucionária; um projeto que se fundamenta na construção de estratégias de ampla participação da base, constituindo relativa autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos. “. . . *As lutas por transformações radicais travam-se no âmbito da ‘sociedade civil’, visando à conquista do consenso da maioria da população, e orientam-se, desde o início, para influir e obter espaços no seio dos próprios aparelhos de Estado, já que esses são agora permeáveis à ação das forças em conflito*”. (COUTINHO, 1992: 37). Não dissolvendo as necessárias articulações com estes agentes, os movimentos sociais da década de 80 rompem com o atrelamento presente na sua historicidade. Ao contrário dos movimentos da década de 70 que, erguendo a bandeira da autonomia, a fim de assumir um caráter combativo frente ao regime totalitário, transformou a sociedade civil num espaço diferenciado de fazer política, postergando os “espaços institucionais tradicionais” (TELLES, 1987). O Estado deixa, assim, de ser o protagonista de uma ação política capaz de intervir na

história da sociedade brasileira. Ocorre, nesse período, um processo de abertura de novos canais de participação, ainda que construídos em espaços insólitos de articulação, devido aos próprios limites impostos à sociedade civil. O medo da repressão abafou grandes manifestações políticas, dando lugar a lutas reivindicativas a partir de interesses imediatos nos locais de moradia. Apesar disso, os movimentos sociais possuíam substantiva consistência no seu processo auto-organizativo, o que abriu brechas para sua posterior redefinição. De acordo com as condições sociais, políticas e econômicas da época, tais movimentos foram, significativamente, agentes que possibilitaram a abertura de novas perspectivas para as lutas das classes populares.

“O que se pode dizer é que nas condições opressivas daqueles anos (década de 70), os movimentos populares, tão pontuais em suas reivindicações, tinham um alcance simbólico que ultrapassava o sentido imediato de conflitos locais para mobilizar e articular como experiência compartilhada as várias opressões vividas em lugares diferenciados. Dava assim, projeção política e abriam novos horizontes à opressão e violência vindas do Estado. É possível ainda dizer que, fazendo aparecer o mundo cotidiano da moradia como lugar onde se realizava a organização e luta contra as condições vigentes, esses movimentos ganhavam significado de uma reabertura do social como alternativa política.” (TELLES, 1987: 61)

Essas lutas no cotidiano das classes populares, portanto, realizadas fundamentalmente nos seus locais de moradia, assumiram um caráter revelador das condições de exclusão e opressão presentes nas relações sociais do sistema capitalista, adquirindo potencial para contribuir com a redefinição da cultura, precedendo à transformação do poder centralizador do Estado. Os Novos Movimentos Sociais expressam, assim, sua historicidade, recorrendo a significativos avanços. Essa nova

postura assume um caráter de negação ao modelo dominante e opressor, não somente na confrontação com as políticas institucionais, mas, sobretudo, nas suas relações cotidianas, construindo um processo de democratização e participação, legitimando e legalizando suas lutas organizadas. Definem-se como:

“... agentes históricos que expressam a cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, etc, mas expressam também o devir, através de sua crítica, de suas lutas na busca de novas alternativas para o comando de uma nova historicidade.” (SCHERER-WARREN, 1989 apud LIMA & CUNHA, 1992: 20).

Apesar do alargamento do poder, durante o período de abertura política, que permitiu a abertura de novos espaços de exclusão e controle, perpassando as relações cotidianas da sociedade, e as intensas tentativas de contenção das manifestações, a classe popular sobrepujou o imobilismo. Frente a um Estado aliado à classe empresarial, e a uma crise econômica caracterizada por uma forte recessão, ao crescimento do desemprego e à significativa concentração de renda, viveu-se, na década de 80, uma fase quantitativa e qualitativamente de grandes mobilizações: greves sob alto grau de organização; a expressiva campanha das *diretas-já*; as conquistas populares na Constituição de 1988; a legalização do PT - Partido dos Trabalhadores, em 1982; a independência dos sindicatos frente ao Estado, marcando o surgimento da CUT - Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e a ascensão dos partidos de esquerda ao poder institucional - fundamentalmente, a conquista ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989, pelo candidato do PT Luís Inácio Lula da Silva, vencido por uma diferença de apenas 4,89 %. Presenciamos, ainda, o

acirramento de ocupações dos Sem-Terra e as intensas discussões, nos locais de emprego e moradia, aliados a agentes expressivos como os partidos de esquerda, os sindicatos e a Igreja Progressista. Esses acontecimentos marcaram um novo rumo na história do país, tendo expressivo papel na confrontação com o poder estatal, denunciando sua ilegitimidade e omissão frente às classes populares, contribuindo para a abertura de novos espaços políticos.

Esse potencial transformador já se configurava no final da década de 70, quando presenciamos manifestações populares contra o aumento do custo de vida, mobilizações estudantis e feministas, lutas pela anistia política, inúmeras greves de canavieiros, bancários e, expressivamente, de metalúrgicos. Em Florianópolis, o Movimento Popular estava em seu estágio embrionário; as Comunidades *Morro do Mocotó* e *Monte Cristo* foram as primeiras a organizarem efetivo confronto com o poder público.

A história de luta pela moradia, da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, deu-se, portanto, num período de acirramento das manifestações e reivindicações populares, quando a dinâmica social e política exigia a intensificação do confronto frente ao poder público. A desapropriação da área em que a Comunidade se localiza, em 1990, não foi, portanto, outorgada pelo Estado, mas conquistada através da luta dos sujeitos coletivos que se colocaram na cena política da cidade. As intensas repressões sobre as manifestações da classe popular, nesse período, defrontaram-se com a necessidade de definição de uma nova postura institucional. O Estado buscou estabelecer relações de parceria com esses sujeitos coletivos, a fim de enfraquecer as lutas e amenizar as relações de conflito. Assegurar a hegemonia da classe dominante

implica, portanto, determinados momentos, não somente uma ação coercitiva, mas a busca do consenso, por parte da sociedade civil. De acordo com a concepção de FALEIROS (1991: 47):

“... o Estado resume, condensa, mediatiza as relações sociais, segundo as correlações de força da sociedade civil. O aparelho estatal não está somente em função dos interesses da classe dominante. Ele pode integrar, dominar, aceitar, transformar, estimular certos interesses das classes dominadas. O Estado é hegemonia e dominação. A hegemonia representa sua capacidade de orientar o conjunto da sociedade, de arbitrar os conflitos entre as classes e os conflitos de classe, de estabelecer uma certa coesão social. Pela dominação, o Estado impõe a repressão, a força e manu militari, destroi as oposições e resolve os conflitos.”

Sendo, pois, “produto da correlação de forças”, ou “expressão da luta de classes” (SERRA, 1992), que se estabelecem na unidade dialética entre Sociedade Civil e Sociedade Política, o aparelho de Estado, nesse caso, deixa de assumir uma postura coercitiva, já que conjunturalmente, esta não lhe permite assegurar a hegemonia política do grupo social dominante. O Estado, pois, não é um mero instrumento da classe dominante, ou totalmente autônomo em relação à sociedade civil. *“... O Estado burguês não é um bloco monolítico; justamente por ser perpassado pelas lutas, há brechas e espaços no seu interior, composto de aparelhos que são carregados de ambigüidades e conflitualidades.”* (GOHN, 1991: 36).

Os Movimentos Populares Urbanos caracterizam-se como agentes capazes de fortalecer as relações na sociedade civil, isto é, como sujeitos históricos voltados para o desenvolvimento e construção da hegemonia ideológica da sociedade civil,

pautada nos interesses da classe subalterna. Devido à complexidade das relações econômicas e políticas, e, ainda, à ampliação do Estado nas sociedades capitalistas, torna-se necessária uma constante luta pela conquista da hegemonia civil ou na expressão de GRAMSCI, é necessário empreender uma “guerra de posição” (SIMIONATTO, 1993), antes da tomada do poder político. A busca da unidade político-ideológica de diversos setores da sociedade civil, por meio de um amplo processo de organização e participação consensual, define a potencialidade dos Movimentos Populares, na medida em que permite construir uma nova cultura política.

A luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, portanto, não ocorreu isolada, mas articulada com um conjunto de forças históricas presentes no contexto social e político de Florianópolis, caracterizado pelo acirramento do conflito entre Movimento Popular e poder público. As relações de solidariedade e a constituição de interesses comuns imediatos foram a base para a construção dessa vontade coletiva popular. O fortalecimento desse espaço político define uma nova política institucionalizada.

Com a conquista do solo urbano, presenciamos um refluxo da luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, expressando o conjunto de forças engendradas pelas demandas impostas pelo meio urbano. Os diferentes momentos de fluxo e refluxo, presentes na história dos Movimentos Sociais, integram o jogo de forças políticas na dinâmica da sociedade, isto é, de acordo com as correlações de forças políticas e sociais, os Movimentos reagem de forma diversificada. Na dialética entre ação do Estado e lutas dos Movimentos Sociais, definem-se perspectivas de transformação. Devemos considerar, no entanto, as especificidades dos sujeitos

coletivos. Estes, não estabelecem relações apenas com o Estado, mas ainda com outros agentes envolvidos no processo. Durante toda sua história de luta, a *Comunidade Jardim Ilha Continente* contou com a assessoria do CAPROM - Centro de Apoio e Promoção ao Migrante, sendo este sujeito co-responsável pela dinâmica do processo organizativo da Comunidade. A análise desta relação, iremos desenvolver posteriormente.

3 - A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AS LUTAS COTIDIANAS

A intensificação das demandas na participação política e enfrentamento ao poder público, bem como a dinâmica das lutas dos Movimentos Populares, e acirramento das péssimas condições de vida, suscitam a necessidade de se estabelecer um espaço de articulação política e de síntese no cotidiano das comunidades, capaz de representar os interesses coletivos da base. A partir dessa necessidade, surgem as Associações de Moradores, que expressam o caráter organizativo da base dos Movimentos Populares:

“... Uma forma de organização popular que pode propiciar a transformação do meio em que vive, transformando também a vida das pessoas. Ela é o espaço onde as necessidades são expressas, as propostas apresentadas, avaliadas e materializadas pelos seus componentes.” (CALDERANO, 1989: 30)

Esta forma de organização permite romper com o autoritarismo presente nas relações do Movimento Popular, na medida em que se define como um espaço de

participação democrática, nas discussões em torno dos interesses coletivos, mediante a descentralização do poder e a co-responsabilidade entre os membros. Um espaço em que se expressa o cotidiano das classes populares; suas necessidades, ideologias, valores culturais e, fundamentalmente, sua história, perpassada pela resistência e luta contra a opressão e exclusão política, social, cultural e econômica.

✶ A Associação de Moradores caracteriza-se como um instrumento não apenas de articulação do processo organizativo das Comunidades, mas ainda - e é neste sentido que entendemos o seu potencial transformador - como espaço de formação política dos sujeitos envolvidos, na medida em que se sustenta a partir de discussões e reflexões sobre as necessidades e interesses de uma fração popular, transcendendo os limites individuais, pois sugerem a construção de uma práxis de acordo com a vontade coletiva. É na dialética entre luta e ação reflexiva que se constrói uma nova consciência. 1.2

A necessidade pela moradia foi o motivo aglutinador de interesses e forças dos moradores da *Comunidade Jardim Ilha Continente* que, rompendo com o individualismo, constituem, em março de 1985, sua primeira forma de organização: uma comissão provisória, formada por três moradores, com a finalidade de representar os interesses comunitários na luta pela conquista da moradia, que se estabelecia fundamentalmente no confronto com o poder público. Somente a 08 de abril de 1989 se realiza a primeira eleição para a Diretoria da Associação de Moradores, composta por sete lideranças.

Nesse período, devido às intensas ameaças de despejo, os moradores da Comunidade iniciam a luta pela posse da terra (com passeatas, acampamentos em locais públicos e ocupação da Câmara de Vereadores de Florianópolis), tendo a Associação de Moradores como principal mediadora da luta. Simultaneamente, discutia-se o projeto de urbanização da área e os termos do documento de legalização da terra, baseado na lei do FMIS - Fundo Municipal de Integração Social. Em 1990 é realizado o cadastramento das famílias interessadas no assentamento, a medição e elaboração da planta dos terrenos e sorteio dos lotes. Mesmo não tendo ainda a posse legal da terra, mediante todo um processo de discussões - assembléias e reuniões -, a Comunidade, com assessoria técnica de estudantes de Arquitetura e Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, e outros agentes do CAPROM - Centro de Apoio e Promoção ao Migrante, decide dar início ao projeto de urbanização. Esse processo buscava a superação daquela cidadania regulada pelo Estado, constituindo-se uma alternativa de pressão aos órgãos públicos. Representava, também, a legitimação de uma cidadania construída de acordo com as demandas coletivas das classes populares, manifestando uma nova relação com o Estado e redefinindo os meios de prestação de serviços à sociedade. De acordo com a concepção de JACOBI (1986), a apresentação de propostas e projetos que interferem direta ou indiretamente na gestão política da cidade permite abrir gradativamente espaços de reflexão junto aos aparelhos estatais.

A partir de então, a Prefeitura Municipal passa a dar respostas às reivindicações da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, comprometendo-se com seu projeto urbanístico, baseado no “*Projeto Vida Nova*”, desenvolvido pelo então

governo municipal de Esperidião Amim. Isso reafirma, concretamente, nossa análise anterior, de que as políticas públicas não se originam por mero arbítrio estatal, mas é expressão da pressão e mobilização de frações populares.

A emergência de uma pluralidade de sujeitos sociais no atual cenário político da sociedade brasileira, bem como o seu processo de redemocratização, remonta-nos a uma nova análise da relação Estado e Sociedade Civil. As significativas conquistas do poder político local, sob o apoio de setores populares, redefiniram uma diversidade de demandas e uma nova postura dos Movimentos Populares. A transformação do conjunto das representações sociais abriu diferentes espaços de participação política para a sociedade civil, apontando para a exigência de discussões acerca das políticas públicas, interferindo diretamente na gestão municipal e redirecionando democraticamente a prestação dos serviços públicos.

Com a nova gestão da Prefeitura Municipal, constituída nas últimas eleições pela “Frente Popular”³, Florianópolis presencia a abertura de diferentes canais de participação popular, que permitem sintetizar os interesses coletivos da sociedade civil: a implantação do Conselho Municipal de Saúde, com caráter de discutir e apresentar propostas no campo das políticas de saúde para o município; o Orçamento Participativo, desenvolvido em diversos municípios, com objetivo central da participação da população organizada, na definição das demandas e prioridades para a elaboração do orçamento da cidade e, ainda, a viabilização do Fundo Municipal de Integração Social, constituído a partir da pressão popular na gestão anterior, como espaço de discussão sobre uma política habitacional para o município.

³ Coligação partidária integrada pelos seguintes partidos políticos na eleição de 1992: PT; PPS; PSDB e PTB.

Enfatizamos esses três espaços institucionais devido à participação da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, em seus diferentes momentos, como representante de setores populares. No momento da constituição do Conselho Municipal de Saúde, em 1993, ela contou com um representante suplente dos setores populares; durante todo o processo do Orçamento Participativo, a Comunidade esteve também engajada, mediante lideranças eleitas como representantes de várias comunidades. Sua participação no Fundo Municipal de Integração Social ocorreu também desde o início das discussões para a sua implantação, através de um representante suplente, permanecendo ainda, atualmente, embora com outra liderança.

Sob a determinação de inúmeros fatores, observamos, ao longo do processo de integração da Comunidade aos diferentes canais institucionais, a dificuldade de uma efetiva participação dos setores populares, dentre os quais a heterogeneidade de interesses, devido à presença de diferentes setores representantes de frações das classes sociais fundamentais. A pluralidade da ação intelectual deixa espaço à expressão da desigualdade entre os grupos sociais engajados no processo, impossibilitando a construção de um efetivo consenso coletivo na elaboração de políticas para o atendimento das demandas do município. Discussões de caráter técnico e centralização sobre relações burocráticas, entre outros, são fatores que impõem limites à participação de setores populares, preterindo suas demandas e interesses, prevalecendo, embora desta vez de maneira implícita, os interesses de uma fração dominante. Apresentam-se, portanto, novas relações de poder, sob o desenvolvimento de políticas de caráter participativo, como estratégia de dominação disfarçada (DEMO, 1991). De acordo com a manifestação de uma liderança

comunitária, acerca da sua dificuldade em expressar-se nos diferentes espaços de luta: *“Gosto de conversar no meu território. Aqui eu falo como eu quero. . .”* (Reunião da Associação de Moradores - 11/03/94).

Os inúmeros espaços de gestão de políticas no município de Florianópolis, conquistados pela sociedade civil e/ou criados sob iniciativa desta nova administração pública, incidem constantemente sob o não funcionamento da máquina institucional, através de diferentes meios de inviabilização das decisões e ações dos sujeitos políticos. Enfim, acreditar nessa socialização e divisão do poder nos faz crer que ela só poderá concretizar-se, efetivamente, se for conquistada coletivamente pela sociedade civil e se houver vontade política dos governantes.

X Evidenciamos, no entanto, que a nova significação dada à centralização do poder, bem como as diferentes estratégias de dominação política, perpetua-se, ainda, sob a difusão de valores e ideologias da sociedade capitalista. As formas de participação das classes populares recaem sobre moldes corporativistas, apresentando condições para a manutenção dessas relações de poder centralizadoras. A viabilização de um espaço de síntese dos interesses populares funde-se com os interesses da classe dominante. As reivindicações populares de caráter corporativista, que buscam apenas a concretização e implantação de bens e serviços ao atendimento de uma necessidade imediata, são historicamente determinadas pelas relações estruturais e conjunturais da sociedade capitalista. A dificuldade de socialização do poder político funda-se, portanto, diante da reprodução de relações individualistas imanentes à política neoliberal, preservada pela centralização do poder político e econômico, por uma fração dominante da sociedade.

A definição de espaços de participação popular requer, portanto, o que não será um processo isolado ou paralelo à sua efetivação: a construção de uma nova consciência coletiva, rompendo com as diferentes formas de alienação. Embora permeada por uma consciência fragmentada, ausente de uma visão das relações que permeiam o urbano, evidencia-se, na luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, um processo de superação da postura reivindicativa, na medida em que se exige uma ação estatal de acordo com as decisões apontadas por um processo participativo dos sujeitos coletivos.

“Avançam no sentido de propor alternativas, de apontar falhas no financiamento da máquina administrativa, de perceber a necessidade de controlar esta organização quase clandestina que é o Estado, apenas formalmente público.” (VÉRAS & BONDUKI, 1986: 71).

Apesar de a *Comunidade Jardim Ilha Continente* encontrar-se ainda no nível corporativo, estreitamente ligado ao campo econômico, observa-se nela um alcance político mais expressivo, pois “... *adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social . . .*” (GRAMSCI, 1988: 49). Sua relação com o Estado fundamenta-se na luta pela conquista de igualdade de direitos. Conforme expressa GRAMSCI (1988: 50): “... *reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes.*” Apesar de interferirem nas relações políticas da cidade, não apresentam propostas de transformação no campo dos antagonismos entre as classes sociais. Não integram a unicidade dos interesses econômicos, políticos e culturais de uma classe social fundamental, o que GRAMSCI (1988: 50) chamaria de

a “fase mais abertamente política”, quando ocorre uma transcendência do nível econômico-corporativo ao nível das relações da superestrutura social. Nesse sentido a luta passaria a concretizar-se num “plano ‘universal’, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”. Dessa forma, o Estado passaria a ser visto como um espaço favorável a apenas um grupo social, superando suas contradições internas e as correlações de forças entre a classe dominante e a dominada.

Constatamos historicamente que, devido à postura centralizadora da diretoria da Associação de Moradores, que não abria espaços para a participação coletiva, esta configurou-se como um instrumento de tutela dos interesses e lutas comunitárias. Ao não conceber a organização comunitária como forma de conquista de seus direitos, e que esta requer um processo de ampliação da participação, a comunidade permite a proeminência de um poder centralizador. Evidenciamos, nessa relação, a expressão de uma cultura política constituída sob traços históricos de autoritarismo, em que as decisões políticas são tomadas por uma minoria dominante, e em que políticas populistas se definem com caráter sutil de dominação através do controle à participação, aliada a relações paternalistas e assistencialistas, entendendo-se por paternalismo: “A manutenção ou distribuição de um direito como se fosse um favor, obtendo-se em troca a lealdade.” (FALEIROS, 1991: 23). Estas relações implicam ainda a utilização de “mecanismos de cooptação”, isto é, antecipa-se às demandas das classes populares, como se fossem concessões. “Antes mesmo que as questões sociais lhe sejam colocadas, antecipa-se ao movimento reivindicatório das

forças sociais.” (PAULA, 1992). Entendemos, portanto, que estas relações perpassam a história de luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente*:

“O autoritarismo na cultura política brasileira não é apenas o resultado do agir das elites políticas, mas tem também suas raízes nas formas como as classes dominadas se submetem e reproduzem em suas próprias práticas cotidianas este autoritarismo.” (SECHERER-WARREN, 1993 49).

Constatamos a postura autoritária da diretoria da Associação de Moradores, quando exerce um controle sobre a comunidade, através de decisões centralizadas, quanto a questões cruciais de uma discussão mais ampla. Conforme afirma VASCONCELOS (1985:44), devido à dificuldade de responder aos interesses coletivos, *“fica mais fácil defender a centralização das decisões, um poder central responsável, tendo em vista um ‘bom andamento’ da organização social..”*. Utiliza-se, assim, do que DEMO (1991) define como “poder de informação” que, infligindo uma prática democrática, um indivíduo ou grupo concebe-se capaz de “representar a maioria sem consultá-la”. Muitas vezes, porém, tal “consulta” é usada como máscara de participação, a qual, neste caso, é confundida com presença.

Observamos atualmente, no entanto, um avanço em relação ao entendimento do processo organizativo, por parte das lideranças comunitárias. A *Comunidade Jardim Ilha Continente*, após vivenciar seu segundo processo eleitoral, que em seguida resumiu-se a um longo período de centralização dos trabalhos por uma única liderança (o Presidente), teve, no início de 1993, nova eleição para a diretoria da Associação de Moradores, para a qual concorriam duas chapas. A vencedora tinha

como Presidente o mesmo da gestão anterior. Tentando novamente centralizar as decisões e ações, ele defrontou-se com um novo contexto social e político, que apresentava condições para a construção de novas relações, na abertura de espaços à participação. Novas lideranças, que questionavam sua prática autoritária, viveram um período de reflexão e avaliação quanto às relações internas da Associação de Moradores. Contando com novas assessorias (Serviço Social), romperam com uma prática excludente, apontando para novas relações societárias. Esse processo de questionar e enfrentar o poder autoritário sustentou o afastamento do Presidente: “. . . *Eu saindo a comunidade vai ser obrigada a acreditar em vocês (. . .) Vocês vão conquistar a confiança da comunidade (. . .)*” (Renúncia do presidente, em 31/07/93).

Nesse período, já presenciávamos conflitos de idéias quanto às relações que perpassam a organização comunitária. Algumas lideranças posicionavam-se contra a participação dos moradores nas reuniões da diretoria: “*Se outras pessoas entrarem fica bagunçado*” (Reunião da Associação de Moradores - 02/06/93) ou, ainda, entendiam o espaço de participação como meio de informação e apresentação de respostas concretas à comunidade. A luta deveria ser apenas da diretoria. “*A diretoria deve ter algo para apresentar*” (Reunião dia 31/07/93). Ao contrário, outros agentes já demonstravam significativo avanço quanto à sua concepção de organização comunitária, sendo responsáveis pelo crescimento coletivo deste grupo e da própria comunidade como um todo: “*A comunidade deve ajudar a discutir os problemas.*” (Reunião dia 31/07/93); “*Porque elegeram nós, acham que temos que*

fazer tudo.” (Reunião dia 19/04/94). Extrapolando ainda os limites internos, passaram a questionar também as ações cooptativas do poder público:

“Eles estão vindo aqui sem ter ninguém, fazendo as coisas sem a presença da diretoria. Desde a outra diretoria era assim. Não é eles trazer um plano e fazer sem falar com a gente. Mas vir na reunião e marcar um dia para alguém esperar por eles.” (Reunião da Associação de Moradores - 26/04/94).

Observamos, atualmente, a ampliação dos espaços de participação, com a abertura às reuniões da diretoria da Associação de Moradores e na busca de elaboração de estratégias que visam à socialização das discussões sobre questões relativas ao conjunto de interesses da comunidade. A dificuldade, ainda presente, da efetivação de Assembleias periódicas, dá lugar a variadas formas de comunicação com os moradores, como a utilização dos espaços dos grupos existentes (Grupo de Jovens, Grupo de Alfabetização, Grupo do Armazém Comunitário, Grupo de Mulheres, Oficina do Saber e Grupo de Produção do CPP - Centro de Profissionalização Popular), como mediadores entre Diretoria da Associação de Moradores e Comunidade; a realização de bailes e festas, entendidos como meio de fortalecimento da organização *“Isto aqui é um baile de comunidade, ele tem que ter uma razão.”* (Reunião da Associação de Moradores - 14/08/94); e, fundamentalmente, a construção de questionários, como um instrumento de síntese dos interesses coletivos da Comunidade. Ainda que, entendidos os seus limites de acordo com um processo efetivamente participativo, evidenciamos um avanço político-ideológico, na medida em que representa as inquietações concernentes ao

que está posto historicamente, como redefinição dos meios de desencadeamento do processo de organização e luta comunitária. Acreditamos, portanto, que se apresentam hoje as condições objetivas para a efetivação de autênticas relações democráticas nessa comunidade, apesar de estes momentos confundirem-se dialeticamente de acordo com o contexto em que se apresenta, ora retomando “velhas” práticas, ora abrindo perspectivas para o novo.

Presenciamos, atualmente, as discussões e avaliações acerca do Projeto Beija-Flor, implantado na Comunidade no ano de 1991, pela COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital, visando a desenvolver a reciclagem e venda do lixo, com retorno financeiro à comunidade. Devido à ineficácia do seu funcionamento, as comunidades que contam com o projeto desencadearam entre si, em 1994, um processo de avaliação da viabilidade desses serviços, e pressões sobre a instituição gerenciadora, a fim de apresentar novas propostas na recuperação e/ou dissolução dos trabalhos. Para tanto, lideranças da *Comunidade Jardim Ilha Continente* consultaram a maioria dos moradores, por meio de um conjunto de perguntas previamente formuladas, sobre a continuidade ou não do Projeto Beija-Flor na Comunidade. A partir da avaliação e da constatação de que os moradores não o desejavam mais, devido à precariedade de seus serviços, a Comunidade conta, atualmente, com a coleta regular de lixos por caminhões da COMCAP.

Em termos de equipamentos e serviços, encontramos outras conquistas significativas dessa Comunidade. Com a participação de suas lideranças no Conselho do Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, definiram-se como prioridades para 1994 a pavimentação de cinco ruas, sendo três sob regime de

mutirão; a reforma e ampliação da rede de esgoto sanitário e pluvial e, ainda, a complementação da iluminação pública, sendo que este não fora aprovado devido à ordem de prioridades, definidas de acordo com os recursos orçamentários. Na elaboração do Orçamento para 1995, definiu-se novamente como prioridade a pavimentação das ruas, devido à concretização de apenas uma obra, neste ano (Anexo 1); a manutenção da creche e a construção de um espaço de lazer. Durante todo o processo de síntese das prioridades, ainda observamos a falta de uma ampla discussão com a comunidade, sobre essa questão, tendo as decisões centralizadas num restrito grupo de lideranças, que responde a interesses individuais, acreditando ser expressão dos interesses coletivos.

Constatamos, também, por parte da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a falta de um efetivo processo de esclarecimento e informação às Comunidades sobre os procedimentos acerca da construção do Orçamento Participativo. Os representantes eleitos (conselheiros e delegados) não representam apenas o local onde moram, mas uma região previamente definida. Evidenciamos, no entanto, uma ação contrária à proposta. A defesa de interesses corporativos e a própria dificuldade de articulação com outros sujeitos, aliado a falta de uma assessoria técnica, sobrepõe-se à construção do consenso coletivo.

Vimos, ainda, a paralisação das obras definidas pelos setores populares, em função da realocação de recursos, por parte da Prefeitura, para o atendimento das demandas dos grupos dominantes, o que causou um desestímulo à participação comunitária no processo, e a falta de credibilidade na administração popular municipal.

O mesmo ocorre quanto à luta da Comunidade pela legalização de seus lotes, na relação com o Fundo Municipal de Integração Social. Ainda vivendo a insegurança frente à garantia ao direito de moradia, a Comunidade Jardim Ilha Continente depara-se constantemente com a burocratização institucional. O processo de organização está atrelado à burocracia, entendida como um instrumento de poder, que muitas vezes contribui com a desmobilização do processo organizativo, na medida em que causa um desestímulo na luta das lideranças e a responsabilidade da lentidão dos trabalhos recai sobre as mesmas.

Somente a partir da última eleição do Conselho, a 12 agosto de 1994, constitui-se a paridade entre representantes da Prefeitura e da sociedade civil, de acordo com o Decreto 509/93, de 28 de outubro de 1993, que alterou a lei 3.210, de julho de 1989 e a lei 3.769, de maio de 1992. Atualmente o Fundo Municipal de Integração Social encontra-se assim constituído: três representantes da Prefeitura Municipal e passando de dois para três representantes de entidades legalmente representativas de setores populares, e seus respectivos suplentes. Após essa eleição, as comunidades que passam a integrar o Conselho são: Chico Mendes, Vila Aparecida, Mont Serrat (titulares), Jardim Ilha Continente, Morro do Mocotó e Santa Terezinha II (suplentes). Essa nova constituição abre perspectivas de transformação no âmbito da elaboração de políticas habitacionais para o município, redirecionando a relação com os setores populares, devido à legitimidade de sua representação.

Recorrendo à complexidade de demandas da Comunidade, A Associação de Moradores e outros grupos organizados discutem a construção de uma creche e mobilizam-se em torno de sua efetivação. Em 1990 a Comunidade efetuou, com a

Construtora Terra Nova, a troca de um terreno seu pela construção de uma creche. Mas diante desse atrelamento ao setor privado empresarial, que preferiu expandir seu capital, em detrimento do cumprimento do acordo, os moradores da Comunidade viram-se prejudicados. Essa demanda básica e prioritária da creche foi produzida por uma política estatal excludente e que agora transfere a responsabilidade ao setor privado, simulando uma ação efetiva. Devido à paralisação da obra, durante inúmeras reuniões da Associação de Moradores discutem-se estratégias de pressão sobre os agentes responsáveis: *“Temos que ir lá demonstrar mais a pressão da comunidade”*. (Reunião da Associação de Moradores - 19/04/94). Mediante intensos momentos de conflito, como reuniões com Prefeito e empresário da Construtora, e ameaças de ocupação do prédio desta, a última negociação estabeleceu o prazo para a conclusão da obra até final do mês de outubro de 1994. Observamos, no entanto, o não atendimento a essa determinação (Anexo 2).

É necessário ressaltar que a luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente* encontra-se não somente no nível da superestrutura da sociedade, mas permeada pelas determinações de suas relações de produção, ou seja, compreender suas relações políticas, sociais e culturais implica inserir-nos no campo de análise do seu desenvolvimento, na esfera da estrutura econômica. De acordo com a análise de MARX (1983: 24):

“Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e

política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.”

Dessa forma, a luta política desses sujeitos sociais é perpassada pelas contradições das suas condições materiais de existência.

Integrando o projeto de urbanização da Comunidade, a construção de uma UCPP - Unidade de Capacitação e Profissionalização Popular, em 1990 (hoje, CPP - Centro de Profissionalização Popular), viabilizou um espaço de possibilidades de especialização profissional, criando condições para integrar novos sujeitos no mercado de trabalho (Anexo 2). A pluralidade de interesses políticos e de gerenciamento empresarial, no entanto, delineou uma prática de caráter individualista e corporativista, divergente de seu objetivo original, de efetivação de cooperativas de produção. Apesar da existência de um grupo que produz e comercializa coletivamente, observamos a dificuldade de sua expansão e abertura de oportunidades para novos sujeitos. A centralização e autoritarismo administrativos permeiam o início de sua implantação, na definição dos cursos e nas relações no ambiente de trabalho e de aprendizagem, suscitando questionamentos por parte de algumas lideranças: *“Por que estas entidades não deixam a gente ficar por dentro do que acontece ali?”* (Reunião da Associação de Moradores com técnicos do conselho do CPP - 14/04/94). A ausência de uma metodologia participativa no processo educativo define um potencial excludente, selecionando a participação e favorecendo, com isso, a inclusão de setores não populares.

Originariamente constituído por um conjunto de entidades conveniadas (SEBRAE, SENAI, SESC, PMF, UDESC, ETFSC, SHD - SINE, FETESC), em 1994 o conselho administrativo do CPP sofreu algumas alterações, com a saída do SEBRAE e com a integração da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. A partir de uma proposta de metodologia participativa, apresentada pela UFSC, redefinem-se os meios de gestão dos Centros de Profissionalização⁴, descentralizando as decisões por meio de conselhos locais constituídos por lideranças comunitárias. Na *Comunidade Jardim Ilha Continente*, no entanto, a sua viabilização ainda exige um processo de discussão, juntamente com assessorias técnicas.

Com a atual discussão nacional sobre a “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, Florianópolis tornou-se cenário aglutinador de inúmeros núcleos de construção de alternativas na luta pela cidadania. Integrando esse conjunto, o CEDEP - Centro de Educação e Evangelização Popular, juntamente com os comitês de combate à fome, e com a participação de lideranças comunitárias, tornaram possível o desenvolvimento de um espaço de comercialização, constituindo os Armazéns Comunitários, gerenciados pelas próprias comunidades, a preços abaixo dos praticados pelo mercado. Com a participação de lideranças, desde a apresentação da proposta, nas discussões acerca das estratégias e possibilidades desse espaço de comercialização, a *Comunidade Jardim Ilha Continente* conta, desde 1993, com o desenvolvimento desse projeto. O início das discussões sobre a implantação dos Armazéns ocorreu em julho de 1993. A diretoria da Associação de Moradores acreditava que a Comunidade não se organizaria, para criá-los, ficando assim

⁴ Em Florianópolis, contamos com apenas dois Centros de Profissionalização Popular: nas comunidades Saco Grande e Jardim Ilha Continente.

desinteressada: *“Este pessoal daqui não quer saber de nada”* (. . .) *Ninguém vai querer participar”*. (Reunião da Associação de Moradores - 31/07/93). Em Assembléia realizada no dia 04 de agosto de 1993, no entanto, além do interesse e aprovação unânime dos participantes, emergiram novas lideranças, que se comprometeram com a inserção do projeto na Comunidade. Atualmente, entretanto, o projeto passa por um processo de avaliação acerca de sua viabilidade, devido à insatisfação dos moradores em relação aos preços dos produtos, e o conseqüente desestímulo do grupo gerenciador. A Comunidade expressa, porém, em alguns momentos, uma consciência fragmentada: *“Não temos o que reclamar, pois eles só estão trazendo benefícios pra nós”* (Reunião da Associação de Moradores - 22/09/93), expressando as contradições e conflitos que surgem no processo organizativo, devido à pluralidade ideológica, o que caracteriza condições para a própria produção de avanços na construção do novo.

A participação de novos agentes nas discussões e decisões acerca dos processos de luta cotidiana da Comunidade apontam para a redefinição da consciência coletiva dos sujeitos históricos. Sob a iniciativa de uma liderança comunitária, constituiu-se, em setembro de 1993, um Grupo de Apoio à diretoria, formado apenas por mulheres, fazendo emergir a diversidade de interesses ideológicos: *“Depois que este grupo de mulheres entrou só tem dado polêmica”* (Reunião da Associação de Moradores - 03/02/94). A negação da necessidade de discussões, em função de resoluções imediatas, cria, em determinados momentos, condições para a sua própria superação. Essa espontaneidade, característica das

práticas cotidianas dos Movimentos Populares, de acordo com GRAMSCI, pode ser propulsora da vontade geral.

Ao longo do processo organizativo da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, observamos um crescente fortalecimento das articulações entre os grupos internos, como meio de unificação na luta, apesar da expressão de alguns traços de autoritarismo que marcam substancialmente sua história. A diretoria da Associação de Moradores define-se muitas vezes como meio de controle das ações dos demais grupos: “*Andam fazendo festas sem a autorização da diretoria*” (Reunião da Associação de Moradores - 03/02/94), referindo-se ao Grupo de Jovens. Apesar de caracterizar-se significativamente, nas suas relações, por um movimento dialético de fluxo e refluxo, entendemos o Grupo de Jovens como um espaço com substantivo potencial na formação de lideranças no processo organizativo, apresentando elevado grau de entendimento acerca das relações que perpassam a organização comunitária (Anexo 3).

Um dos fatores fundantes da manutenção de relações autoritárias e da ausência de relações societárias, é a desagregação das relações de solidariedade, fundamentada na falta de uma identidade cultural coletiva. Mediante a difusão de valores e ideologias da classe dominante, a própria classe popular marginaliza os grupos que não se adaptam ao sistema, definindo formas de exclusão e seleção dos moradores da comunidade. Nas discussões acerca do movimento de entrada e saída de moradores na comunidade, algumas lideranças defendem: “*Não pode vender, não pode vender! Alguns podem vender! Quem quer tiroteio? Quem quer roubalheira?*” (Reunião da Associação de Moradores - 10/03/94). Ou ainda: “*Nós podemos passar*

vista grossa. Deixar entrar porque é gente boa” (Reunião do dia 19/04/94). Defendem seus interesses individuais em nome daquilo que acreditam ser o “bem comum” coletivo, negando uma legítima representação.

Essa falta de solidariedade e identidade comunitária dificulta o processo organizativo, já que é a ponte para a formação da vontade coletiva. Segundo DEMO (1991: 32), é através da “*recuperação e preservação das identidades culturais comunitárias*” que “*se alimenta o processo de tomada de consciência*”. É a partir de então que se constrói o sujeito coletivo, superando lutas isoladas e individuais, estabelecendo articulações com outros sujeitos.

Vimos, portanto, que, além da produção de um processo de individualização e reificação das relações sociais, defendidas pela política neoliberal da sociedade capitalista, a dificuldade da construção de uma identidade comunitária ocorre ainda devido ao intenso movimento de entrada e saída de famílias na Comunidade, impossibilitando a concretização de vínculos solidários e culturais.

Encontramos, atualmente, na *Comunidade Jardim Ilha Continente*, a emergência de novos grupos organizados. Em outubro último, discutiu-se a constituição de um Grupo de Mulheres, que passaria a possuir relativa autonomia frente à Associação de Moradores, pois se apresenta sob coordenação de novas lideranças. Procurando superar as dificuldades sofridas em outras experiências, o Grupo aponta diferentes perspectivas, pautadas na construção de um espaço de acordo com os interesses coletivos, bem como a descentralização das ações. Discute ainda a possibilidade de reorganização do Grupo de Meninas, que se

desestruturou em 1993, devido à ausência de uma coordenação constituída por lideranças da própria comunidade.

Neste mesmo ano, implanta-se na Comunidade um Grupo de Alfabetização de Adultos, coordenado por um agente comunitário. Conforme a expressão de um monitor de outra comunidade, que participou da reunião da Associação de Moradores, a 10 de março último, a fim de esclarecer a proposta apresentada pelo Setor de Educação do CEDEP: *“Não é um projeto da prefeitura. Não se quer ter uma monitora fora da comunidade, mas que esteja envolvida com a comunidade.”*. Semelhante ao projeto “Oficina do Saber”, acolhido pela comunidade em 1991, voltado a crianças que se encontram na fase de alfabetização, este tem por objetivo central criar um espaço alternativo de educação e conscientização, a partir da realidade objetiva e subjetiva dos participantes.

Evidenciamos, portanto, uma diversidade de espaços de participação, construídos e reconstruídos na dinâmica do contexto comunitário. Espaços que em alguns momentos encontram-se desarticulados, devido ainda à própria complexidade das relações sociais, e ao atrelamento desses sujeitos históricos à luta pela sobrevivência. Espaços que se configuram como meios de formação de uma pluralidade de possibilidades para a articulação com lutas mais amplas, superando o individualismo, integrando o conjunto de forças dos Movimentos Sociais Populares.

4 - O PAPEL DAS ASSESSORIAS

Conforme mencionamos anteriormente, a *Comunidade Jardim Ilha Continente* contou inicialmente com o CAPROM - Centro de Apoio e Promoção ao Migrante, como assessoria que contribuiu na luta pela conquista do solo urbano, tendo significativa importância nas determinações da dinâmica da história de seu processo organizativo, expressando uma característica constitutiva do Movimento Popular: a contínua relação com assessorias, que reciprocamente definem as diferenciações político-ideológicas das lutas desses sujeitos coletivos. Em outras palavras, numa constante construção de síntese entre o saber popular e o saber elaborado das assessorias, definem-se as especificidades e a identidade de cada movimento, ou fração deste. Num aspecto geral, o conceito por nós atribuído quanto às assessorias aos movimentos populares incide na análise de GOHN (1987: 02):

“Trata-se do trabalho direto ou de apoio às lideranças e às organizações dos movimentos, desenvolvido por profissionais técnicos, militantes políticos ou missionários religiosos. São trabalhos individuais ou coletivos - emanando de instituições.”

O CAPROM constitui-se uma Organização não-Governamental em 1987, embora já se manifestasse concretamente em 1984, com a estruturação do *Movimento Sem-Teto*. Assim, antes de analisarmos sua história como assessoria na luta pela moradia da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, temos que, necessariamente, apontar, em termos gerais, alguns aspectos relevantes quanto às Organizações não-Governamentais.

X No Brasil, essas organizações têm expressão fundamentalmente a partir do início da década de 70, com referência nos diversos centros de assessoria e educação popular que compõem “... um conjunto de instituições e de agentes especializados, espaços onde se produzem problemáticas, retóricas e práticas determinadas.” (LANDIM, 1988: 01). Constituem-se, portanto, a partir de demandas e necessidades apresentadas pela conjuntura social e política. Tendo surgido no auge do regime autoritário, encontrando-se freqüentemente na clandestinidade, devido à história de militância política de seus agentes, mantiveram-se por muito tempo, o que ainda se expressa hoje, relevância à autonomia, sob dificuldades de manter articulações e cooperação recíproca. Em termos gerais, e não podemos considerar sua existência somente a nível de Brasil, pois possui um caráter de transnacionalidade, constituem-se sob dois eixos: sob a determinação de frações da classe dominada, e mediante relações com “agências de cooperação internacional”,

por meio de subsídio financeiro e, ainda, o que caracteriza um avanço, numa relação de reciprocidade política, cultural e intelectual.

Devido à conjuntura por que perpassaram suas raízes, as Organizações não-Governamentais encontram-se, ainda hoje, em estreita relação com a Igreja, fundamentalmente a ala progressista da Igreja Católica, o que contribuiu para definir o seu caráter de voluntariado além da militância da esquerda política. Dado o intenso período de repressão política nacional, a origem de seu trabalho esteve substancialmente voltado à base, à margem dos espaços institucionais, sem estabelecer confronto direto com o Estado. Com o processo de abertura política, além de presenciarmos um acréscimo quantitativo quanto ao surgimento das ONGs, vimos ainda uma diversidade político-ideológica abrindo um novo espaço de articulação das lutas populares, redefinindo sua relação com o poder público. Esses espaços alternativos, entretanto, não são efetivamente legitimados no conjunto da sociedade civil, o que suscita a necessidade de um processo constante de discussão e redefinição acerca de sua identidade (LANDIM, 1988).

Com uma história mais recente, o CAPROM constituiu-se assessoria ao Movimento Popular, dentro dessas especificidades. Suas primeiras raízes nasceram da necessidade de atender à intensa demanda de migrantes que chegavam diariamente a Florianópolis, no início dos anos 80, tornando-se, assim, um ponto de referência na cidade. Voltando-se particularmente ao Movimento Sem-Teto, essa assessoria contribuiu significativamente para o fortalecimento das lutas pela moradia em Florianópolis. Estabelecendo intenso confronto com o Estado, acompanhou inúmeras

ocupações dos Sem-Teto, e discutiu projetos de urbanização das comunidades e regularização da posse do solo urbano.

Apesar de estar voltado a uma demanda coletiva de uma fração popular, a conquista da moradia, o CAPROM não desenvolveu, a partir dessa necessidade imediata, articulações com outras demandas, que já emergiam no processo de luta e que, portanto, precisavam ser pensadas e trabalhadas, para o fortalecimento do movimento. A construção da cidadania não deve estar pautada somente pela ocupação do espaço urbano ou acesso aos serviços públicos e bens de consumo, mas pelo modo como se processam as articulações entre os diferentes espaços de organização da sociedade civil, sob os aspectos políticos, culturais e econômicos, como potencialidade na elaboração de projetos que sustentem a continuidade da luta pela democratização da sociedade.

A especificidade de sua bandeira de luta não abriu condições de trabalhar as relações cotidianas do processo de organização interna, que envolvem o todo das comunidades, o que definiu a sua própria desarticulação, e o significativo refluxo da luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente*. A centralização sobre as intensas mobilizações e pressões frente aos órgãos públicos quanto à conquista do espaço urbano não permitiu desenvolver efetiva articulação interna, bem como a emergência de novas lideranças.

Discutir e articular a questão da moradia, da alimentação, da teologia, da cultura e da educação foi a necessidade que fez emergir um novo centro de assessoria em Florianópolis. Precisamente em 1987, surgiu o CEDEP - Centro de

Educação e Evangelização Popular, com o objetivo de trabalhar uma concepção mais ampla de cidadania, interferindo no todo da sociedade: “... nasce por uma questão de não fazer um trabalho fragmentado, sem pegar os eixos da cidade, mas ao contrário interferir na estrutura da sociedade, nas suas relações econômicas, políticas e culturais. Começa-se a repensar a postura dos agentes em luta, o processo organizativo das comunidades.” (GROH, 1994). Fundamentalmente, o CEDEP surge a partir das demandas impostas pela dinâmica da sociedade; ele é fruto de uma historicidade, articulada a formas de repensar um novo modo de trabalhar as relações sociais e a organização da sociedade civil: “. . . Era o início onde a gente começava a se despertar que não adiantava mais só apenas ser movimentos populares reivindicativos, que precisava começar a propor pra cidade, propor a partir destas demandas . . .” (GROH, 1994). De acordo com esta perspectiva, agentes do CEDEP vivenciam um constante processo de avaliação interna, suscitando sua estruturação, fundamentalmente em 1990, na busca de uma metodologia própria, buscando identificar os atores sociais envolvidos no processo e as demandas impostas por esta realidade social.

A partir de um amplo processo de discussão e participação na vida cotidiana das comunidades, começaram-se a criar alternativas para responder a essa complexidade, com desenvolvimento de projetos de “Produção e Abastecimento”, numa perspectiva de possibilitar a criação de um espaço de ação organizativa, e de auto-gestão comunitária, em que se situam os armazéns comunitários; projetos de “Educação”, que englobam as “Oficinas do Saber”, “Magistério para Lideranças Comunitárias” e ainda “Grupos de Alfabetização”. Articulado aos demais projetos,

inicia-se ainda uma discussão sobre as Associações de Moradores, definindo-se uma “Assessoria às Organizações Comunitárias” que pudesse trabalhar esse espaço como exercício do poder, de fortalecimento interno e de articulação com o poder público. Nasceu também um setor para discussão sobre a questão da “Arte e Cultura”, a fim de se trabalharem as demandas e se dimensionarem os interesses dos grupos populares, valorizando seu aspecto criativo e artístico e resgatando, ainda, a cultura do migrante. E ainda criou-se um espaço de articulação denominado “Setor de Comunicação”.

Inserindo-se ainda nesse processo, encontra-se estruturado o “Setor de Teologia”, que desenvolve trabalhos de Catequese, Batismo, Grupos de Jovens, cursos de Teologia Popular e Grupos de Reflexão. Sendo presença significativa nas comunidades, esse trabalho expressa a base ideológica do CEDEP, que se articula com o novo modelo de Igreja, sob a constituição das Comunidades Eclesiais de Bases - CEB's, que integram a luta das classes populares. Dessa forma, entender a totalidade constitutiva do CEDEP implica analisarmos a relação do Movimento Popular com a Igreja, fundamentalmente com o novo setor progressista sustentado pela Teologia da Libertação.

Expressivamente no período ditatorial, a Igreja Católica, particularmente a ala progressista, teve importante papel junto aos Movimentos Populares. Inicialmente com caráter “protetor”, abriu espaços de articulação às lutas populares. Essa nova Igreja, tendo como ponto de partida as condições objetivas da realidade social, contribuiu para o processo de redefinição dos Movimentos Sociais, fundamentalmente na década de 80, quando desenvolveu um trabalho popular baseado na construção da

identidade social das classes populares, sob a implantação de novas relações societárias, valorizando a aceção política das relações comunitárias como meio de fortalecimento da solidariedade.

Relações pautadas no aspecto religioso fazem-se presentes durante toda a história do Movimento Popular, muitas vezes como engrenagem de forças, nos momentos de enfraquecimento e desestímulo nas lutas. Nesse sentido, a nova Igreja torna-se mediadora das relações presentes no pensar e no fazer popular, na construção de um pensar crítico, articulado à luta política, buscando a superação de uma cultura vulnerável à dominação ideológica que concentra esforços na cristalização da passividade popular. A construção de uma concepção de mundo mais crítica e histórica ocorre, portanto, na luta cotidiana das classes subalternas, mediante discussões acerca das contradições sociais, sem, entretanto, negar sua religiosidade.

Essa nova postura da Igreja Católica foi o sustentáculo na construção de um espaço de articulação que superasse as relações hierárquicas desse campo institucional, capaz de possuir legitimidade diante das comunidades e, ainda, que pudesse trabalhar sob esta perspectiva religiosa. O CEDEP, portanto, é fruto de um conjunto de demandas dos Movimentos Populares. Conforme expressa Wilson Groh (1994):

“O CEDEP nasce de um conjunto de forças(. . .). De um projeto em que a cidade se produz com um sistema que se organiza e que exclui quem participa e produz a riqueza. E desses que produzem a riqueza mas não tem acesso a riqueza que são depois também excluídos do processo produtivo da própria cidade, é que começa a nascer um outro rosto de cidade hoje. Os excluídos da cidade começam a propor uma outra alternativa pra cidade, que é uma outra forma de relação do comércio, que é uma outra forma de fazer arte, que uma

outra forma de fazer a organização popular, que é uma outra forma de reverter os seus impostos e que eu acho que é um desejo grande que nasce de quem não tem nenhuma relação, nenhum direito, nenhuma participação nesse processo, e que faz um processo a margem ao processo de gente que está aí hoje”

O CEDEP, portanto, esteve e está muito presente nessa correlação de forças e discute como desenvolver uma educação popular nesse processo dialético, baseado num projeto político de acordo com os interesses das classes populares, buscando construir um novo conhecimento, capaz de mediar a construção de uma nova concepção de mundo, e de uma nova democracia, que passa pelas práticas cotidianas, na abertura de espaços de participação. Democracia enquanto relação e não apenas nos limites da representatividade. Nas palavras de GROH (1994: 59): *“Democracia como respeito a vida e como resgate da dignidade humana nesse país”*.

Sob uma perspectiva de articular a luta dos inúmeros sujeitos que se constituem no cenário político de Florianópolis, a fim de fortalecer esse projeto, o Centro de Educação e Evangelização Popular define-se como uma *“rede de comunidades”* que *“. . . passou a ser essa mediação para que os trabalhadores pudessem se organizar e ser sujeitos de uma nova ordem. Partindo do dia a dia, do nosso cotidiano e daí nascendo a experiência da cidadania.”* (GROH, 1994: 03). Rede de organizações comunitárias fortalecidas, sob a apropriação de uma identidade social que caminha para a abertura ao pluralismo, num amplo resgate da dimensão cultural, que tem o potencial de redefinir o poder político estatal.

A construção de amplos espaços de articulação entre lideranças comunitárias vem expressando o significativo alcance político-pedagógico dessa

assessoria. Espaços que se configuram sob a determinação da necessidade de discutirem e apresentarem políticas públicas ao município, e ainda meios de se criarem ou fortalecerem as relações de solidariedade e estratégias de comunicação e socialização de experiências entre os sujeitos coletivos. Atualmente, esse processo vem sendo incorporado pelo cotidiano das lutas de inúmeras comunidades de Florianópolis e algumas comunidades do município de São José.

Lideranças da *Comunidade Jardim Ilha Continente* participaram efetivamente, neste ano, de vários desses encontros. A 05 de março, estiveram presentes ao encontro realizado na comunidade Chico Mendes, para elaboração de um planejamento das comunidades, definindo estratégias de unificação de suas lutas (Anexo 4). No início de maio, os grupos dos Armazéns Comunitários organizaram um momento de avaliação de suas atividades, em que a *Comunidade Jardim Ilha Continente* também esteve presente. Com o acirramento das discussões acerca da legalização dos seus terrenos - processo que permanece atrelado ao Fundo Municipal de Integração Social - e com a elaboração do Orçamento participativo de Florianópolis, permeando inúmeras discussões da Associação de moradores desta comunidade, suas lideranças participaram, nos dias 04/06 e 06/08, da avaliação desencadeada pelo CEDEP, das novas propostas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para o Orçamento Participativo e de um processo de escolha dos representantes comunitários para a candidatura da eleição do Fundo Municipal de Integração Social (Anexo 5). Nesses encontros, foi possível observar a tentativa de rompimento com a eminência de interesses corporativos, na medida em que se discutiu e definiu a postura desses representantes. Ou seja, a grande maioria

das lideranças comunitárias presentes nesse momento, levantava a importância e necessidade de uma representação legítima, em constante articulação com a base. Esse processo de articulação entre as comunidades possibilitou o fortalecimento de seu confronto frente aos interesses de frações dominantes, garantindo a representação popular na eleição que ocorreu a 12/08/94 (Anexo 4). Atualmente, esse grupo popular que integra o conselho do Fundo Municipal de Integração Social conta, em suas discussões e articulações, com assessorias do CEDEP. Dos encontros realizados em 1993, a *Comunidade Jardim Ilha Continente* participou, em junho, no Bairro da Coloninha, de um momento de socialização das experiências entre as Comunidades da grande Florianópolis e, ainda em Tijucas, esteve presente numa discussão sobre a questão da moradia popular (Anexo 6).

A efetivação de um espaço de participação para a apresentação e discussão em torno de objetivos e projetos em comum define, assim, o potencial organizativo na consolidação de uma nova cultura, no âmbito das lutas cotidianas destes sujeitos históricos, na medida em que abrem brechas no interior da sociedade política, descentralizando o poder político e enfraquecendo a direção hegemônica da classe dominante. A apropriação desses espaços institucionais contribui para a construção de uma consciência da cidadania, o que define, portanto, sua dimensão educativa, realimentadora de novas práticas e representações, na medida em que se reveste de uma historicidade dos avanços e desafios, presentes no cotidiano desses agentes em luta. É a busca de produção de um saber popular politizado, com substantivo potencial de enfrentamento à centralização política.

Observamos, portanto, que a articulação da *Comunidade Jardim Ilha Continente* com o Movimento Popular de Florianópolis está efetivamente ocorrendo, sob a mediação de assessorias do CEDEP - fundamentalmente, educadoras - através do projeto Oficina do Saber e Curso de Alfabetização para Adultos, sendo este monitorado por uma liderança comunitária, sob um intenso processo de formação por profissionais do Setor de Educação do CEDEP; de teólogos, que acompanham expressivamente o Grupo de Jovens e, ainda, de estagiárias ou de profissionais de Serviço Social que, a partir de 1993, integram especificamente o Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias. Sua presença na comunidade ocorre a partir de 1992, também sob uma perspectiva de educação popular; conhecendo o cotidiano da *Comunidade Jardim Ilha Continente* e dele participando, de sua diversidade cultural, de seu saber, e de sua história de luta, desencadeia um intenso processo de discussão, capaz de construir uma nova consciência crítica e novas relações na redefinição de um espaço de organização, sustentado pela efetiva participação da base.

Sob uma identidade vinculada ao projeto político da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, ou ainda com o conjunto das classes populares, a prática do Serviço Social esteve voltada para a construção de um movimento entre a concepção de mundo desses sujeitos coletivos, e as relações sociais de um contexto histórico mais amplo. Essa prática profissional compreende que o saber popular encontra-se permeado pelas acepções da classe dominante, que legitimam a passividade e criam obstáculos à construção de uma nova concepção de mundo, uma ideologia coerente, ou seja, capaz de evidenciar as contradições sociais, as condições de opressão e exclusão em que se encontram, não como fruto da falta de uma potencialidade

individual, mas enquanto expressão das lutas de classes. Considerando que essas representações fundem-se com a espontaneidade presente nas ações dessa fração popular, expressando substantiva dicotomia entre o “agir e o pensar” desses sujeitos históricos, o Serviço Social buscou orientar conscientemente essa espontaneidade e nunca negá-la, o que o levaria à abstração e na incorporação de uma nova forma de dominação através de um saber profissional elaborado.

A intervenção do Serviço Social permeou o cotidiano da *Comunidade Jardim Ilha Continente* e as reuniões da Associação de Moradores, do Grupo de Jovens, do Grupo de Meninas, Grupo do Armazém Comunitário e, ainda, sob contatos diretos com moradores e substancialmente lideranças comunitárias, contribuiu para a afirmação do potencial político desses agentes, bem como para a emergência de novos sujeitos políticos. Discutindo e avaliando esse contexto de luta, juntamente com agentes envolvidos no processo de luta comunitária, o Serviço Social buscou mediar as necessidades imediatas e específicas da Comunidade, com projetos políticos de uma totalidade de demandas, que perpassam a realidade de um conjunto de comunidades, de sujeitos que, lutam por objetivos em comum e que, fundamentalmente, integram a mesma classe social. Tecendo estratégias de ação sob um movimento de síntese entre o presente e o passado da luta desses sujeitos históricos, num processo de avanços e recuos, o Serviço Social contribui, significativamente, para as transformações no nível do entendimento das lideranças comunitárias acerca do processo organizativo, que se evidencia, atualmente, através da tentativa de construção de novas relações societárias, na abertura de espaços à participação no próprio interior da comunidade, bem como a ampliação da visão de

luta política, que supera os limites da *Comunidade Jardim Ilha Continente* à articulação com novos sujeitos, não apenas enquanto meio de fortalecimento da luta, mas, ainda, enquanto processo educativo. Conforme depoimentos de algumas lideranças da comunidade, realizados num momento de avaliação desencadeado pelo Serviço Social:⁵

“... Como abriu a minha cabeça, aquele dia que nós fomos na reunião da Santa Terezinha II, que nós chegamos lá na hora da reunião da diretoria deles (. . .); foi assim um choque, ver que em outra diretoria acontece até mais encrenca, discussão, brigas do que a nossa. Porque parece que só na nossa que tem problemas; que nós discutimos, que nós somos brigão. E não é assim; é em todo lugar; tem que ter discussão! É normal . . .”

“... A vida não é só quatro paredes, não é só a familinha da gente; tem muita coisa por fora.”

“Numa Comunidade, não é só a diretoria que tem que aprender. A diretoria tem que aprender e passar para os moradores, ela tem que ensinar o morador. Não é eu pegando tu toda vida pela mãozinha com a caneta na mão, que eu vou te ensinar a escrever. Um dia eu vou ter que largar a tua mão e tu vais ter que tentar escrever sozinha.”

Constituindo-se categoria profissional centrada no cotidiano de uma fração da classe popular que vai produzindo a complexidade de redes, nas relações do nível macro da sociedade, entendemos que a sua prática deve intensamente estar articulada a projetos políticos mais amplos, apontando possibilidades na construção de uma nova hegemonia. Sendo mediador da luta de agentes de uma fração popular,

⁵ Encontro entre lideranças da Comunidade Jardim Ilha Continente, realizado na praia de Sambaqui - Florianópolis, em 28/08/94 para discutir algumas questões norteadoras do presente trabalho.

deve articular-se com entidades ou organizações capazes de sintetizar os interesses do conjunto destas frações populares, voltados para a construção de um único projeto político das classes subalternas. De acordo com o entendimento de que esse espaço constitui a principal função dos partidos políticos, observamos que essa mediação, por parte do profissional de Serviço Social, ou mesmo do de outras áreas, precisa ainda ser discutida.

Já no início da década de 80, a postura apartidária dos movimentos sociais deu lugar ao entendimento de que os partidos políticos podem ser um novo espaço de mediação na conquista dos interesses políticos desses sujeitos coletivos. Começou-se a construção de uma relação de parceria, sob uma coletivização das experiências, bem como a própria transformação dos agentes envolvidos. Não somente os movimentos redefinem-se, como também os partidos, especialmente o PT (Partido dos Trabalhadores). De acordo com CAMACHO (1987: 235): *“... Os últimos cumpriram o papel de unificadores, em escala nacional, da visão mais localizada, própria dos movimentos, logrando articular e representar, no âmbito institucional, um conjunto de forças sociais heterogêneas.”* Apesar de evidenciarmos alguns avanços recíprocos, observamos a necessidade de um processo de redefinição destas relações, principalmente acerca da postura dos partidos políticos. Ou seja, esses devem constituir-se agentes que sintetizam os interesses coletivos da classe subalterna, superando a esfera corporativa das lutas desses sujeitos sociais, à efetiva “fase política”, na passagem do individual para o universal (COUTINHO, 1989), assumindo, assim, o principal papel de mediador na construção da hegemonia da classe popular.

A eminência de partidos políticos fadados a um “centralismo burocrático”, permeados por uma ação regressiva e conservadora, vinculados a frações da classe dominante, não define grandes espaços de desencadeamento deste processo. Em Florianópolis, evidenciamos uma tentativa, por parte do CEDEP, de estabelecer articulações fundamentalmente com o PT (Partido dos Trabalhadores), embora apenas como fonte de apoio político. A busca dessa parceria, por parte de lideranças comunitárias, especificamente da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, ainda permanece no âmbito do clientelismo e paternalismo, ou seja, busca-se o apoio de lideranças de um partido político, atualmente centrado no PT, a fim de fortalecer a luta pela conquista de bens e serviços para a comunidade, ainda num nível econômico corporativo. Acreditamos, entretanto, que essa relação supõe um processo educativo, devido ao projeto político-ideológico dessa liderança partidária que, efetivamente, encontra-se vinculada aos interesses da classe subalterna, e que afirma-se sob uma prática que nega qualquer postura assistencialista.

Ressaltamos, ainda, durante a história de luta da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, a presença de profissionais (Assistentes Sociais, Sociólogas e Arquitetos) da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a fim de assessorar no desenvolvimento do projeto de urbanização. Observamos, no entanto, as dificuldades de sua ação, devido aos limites institucionais e ao próprio atrelamento ao poder burocrático, que define uma prática voltada ao imediatismo e, freqüentemente, ao paternalismo. Esses profissionais são contratados para difundir os interesses dominantes, amenizando os conflitos e tensões sociais. Se recorrermos, entretanto, à nossa análise anterior quanto à compreensão do Estado como expressão da luta de classes, compreenderemos que a

ação do profissional diretamente vinculada ao Estado, embora com certos limites, não se encontra necessariamente voltada ao projeto político da classe dominante.

Conforme expressa SIMIONATTO (1993: 316):

“... se a prática do assistente social é polarizada pelos interesses contraditórios das classes fundamentais, ele não reproduz monoliticamente as demandas do poder burguês, mas a sua atividade é tensionada por estas contradições. Conseqüentemente, participa de um jogo de forças que pode levá-lo a posicionar-se também ao lado das classes subalternas. Portanto, mesmo desenvolvendo a sua prática nos aparelhos privados de hegemonia, há um certo espaço de liberdade, uma certa margem de manobra que possibilita estabelecer vínculos com o projeto das classes dominadas”

A partir dessa compreensão, acreditamos que é possível estabelecerem-se estratégias de ação que fortaleça os interesses da classe subalterna. E foi, portanto, ao evidenciarmos que, embora vinculadas a um aparelho de hegemonia, as profissionais da Prefeitura Municipal de Florianópolis possuíam projetos políticos voltados aos interesses da classe popular, que estamos buscando alternativas para direcionar os objetivos, sob a definição de uma metodologia única, que possibilite desenvolver um trabalho conjunto - CEDEP / Prefeitura - , rompendo com ações paralelas, as quais criam obstáculos ao próprio entendimento, por parte da Comunidade, acerca da função e objetivos do Serviço Social.

Observamos, portanto, que as transformações sofridas no seio do processo organizativo da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, expressivamente a superação do individualismo, vêm ocorrendo mediante a efetivação de substantivos espaços de articulação, dimensionados fundamentalmente pelo CEDEP, que subsidiam um

processo de socialização de experiências e a discussão acerca das políticas sociais, com vista à democratização da sociedade civil e política. A concretização da participação de lideranças da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, nesses espaços, recai no papel das inúmeras assessorias, que historicamente contribuem para o fortalecimento de suas lutas cotidianas. É necessário, também, ressaltarmos que a presença de profissionais da Prefeitura na comunidade não ocorreu mediante a vontade política do poder público, mas como resposta à luta organizada desses sujeitos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos anteriormente, que as articulações das lutas da *Comunidade Jardim Ilha Continente* com o Movimento Popular de Florianópolis teve a princípio caráter intermitente, apenas em torno de uma demanda conjuntural: a conquista do solo urbano, em dinâmica condicionada também pela relação estabelecida com o CAPROM. Hoje, encontramos as condições para a construção de um projeto político mais amplo. A participação nos espaços políticos institucionais, na qual se coloca a *Comunidade Jardim Ilha Continente*, permitindo criar ou fortalecer relações de solidariedade e meios de comunicação entre os sujeitos políticos, expressa uma articulação que passa pela construção de espaços que possibilitam discutir a formulação de políticas públicas para o município de Florianópolis. É nesse sentido que estamos entendendo a efetivação das articulações entre os sujeitos coletivos do Movimento Popular da capital catarinense. A partir da mediação de uma necessidade imediata, está se construindo uma força coletiva, ou seja, superando os limites de identificação das demandas imediatas e a heterogeneidade e especificidades

reivindicativas, a dimensão das lutas do Movimento Popular estende-se, hoje, à apresentação concreta de projetos políticos que apontam para a possibilidade de democratização da sociedade e do poder público.

O CEDEP, como centro de assessoria ao Movimento Popular, vem criando alternativas, juntamente com lideranças comunitárias, para dimensionar as lutas populares, na concretização de um processo de construção da cidadania. Evidenciamos um avanço no processo organizativo da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, acerca da importância atribuída à participação nos mais diferenciados espaços da sociedade política e civil, na medida em que discutem e avaliam os processos político-institucionais e ainda o próprio cotidiano ou experiências de outros sujeitos.

Apesar da manifestação de “velhas” práticas, numa dialética de superação e construção do novo, as relações cotidianas da *Comunidade Jardim Ilha Continente* expressam atualmente condições para a eminência da ampliação da participação, num contínuo processo de democratização de suas relações, o que possibilitará a emergência de novos atores no cenário político da cidade. Na vivência de um movimento dialético de luta e construção de uma consciência política, observamos uma superação daquela postura meramente reivindicativa, marcada pelo individualismo, abrindo perspectivas na construção de uma efetiva participação, enquanto “. . . processo mediante o qual os membros de uma sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens...” (AMMANN, 1977: 53). Ou seja, participação como meio de conquista da igualdade de direitos sociais e políticos e ainda como construção de novos valores culturais.

De acordo com as novas determinações do contexto histórico das lutas das classes subalternas, os Movimentos Populares devem, portanto, ser pensados e redefinidos como uma ação política constituída a partir de uma vontade coletiva, que expressa a todo momento as contradições sociais, articulada dialeticamente com um processo de constituição de uma consciência de classe. Revelam a construção de uma identidade coletiva, que sintetiza o pluralismo político e cultural, sem perder de vista a autonomia e a identidade de cada grupo social, definindo perspectivas de construção de uma nova hegemonia.

Sob a compreensão acerca da potencialidade desses espaços políticos na transformação das relações sociais, acreditamos que eles se definem como um amplo campo de atuação do Serviço Social, a partir da perspectiva de educação popular; educação entendida como processo de transformação de uma consciência fragmentada para uma consciência histórico-crítica, inserida num projeto de redefinição cultural, mediante intenso processo de investigação e desvelamento da realidade social, das contradições e determinações que a constituem, sob apreensão da totalidade de suas relações, num amplo resgate de sua historicidade. Pensamos que a superação do isolamento, por parte do Assistente Social, bem como de suas instâncias de formação profissional, é condição fundamental para a efetivação de um projeto político que aponte para a construção da democracia. Ou seja, a prática do Serviço Social deve estar pautada por uma perspectiva de classes sociais, estabelecendo articulações com organizações ou entidades representativas da classe popular, a partir da mediação de sua práxis no cotidiano desses sujeitos históricos.

Acreditamos que a intervenção do Serviço Social, nas relações cotidianas da *Comunidade Jardim Ilha Continente*, vem efetivamente possibilitando a construção desse processo educativo, num amplo movimento de síntese entre o seu saber e o saber dessas lideranças comunitárias, e que passa, portanto, necessariamente, por um constante exercício de avaliação e redefinição recíprocas de acepções e valores culturais.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. A Lógica da Destituição: Dimensões e Conseqüências da Pobreza. In: Os Despossuídos: Crescimento e Pobreza no País do Milagre. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AMMANN, Safira Bezerra. Participação Social. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.
- _____ Associações de Moradores no Centro-Oeste. In: Serviço Social e Sociedade. n. 22, São Paulo: Cortez, 1986.
- BOBBIO, Norberto. O conceito de Sociedade Civil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BOFF, Clodovis. Como Trabalhar com o Povo. Petrópolis: Vozes, 8ª ed., 1988.
- CALDERANO, Maria da Assunção. Associação de Moradores: Contra a humilhação, pela participação. In: Revista Proposta. n.41. Rio de Janeiro: FASE, setembro/1989.
- CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais: Algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo (org). Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CEDEP, Cooperação: A cidadania fala. Encontro Público. Florianópolis, junho/1994.
- CENTRO JOÃO XXIII. Atualidade em debate: Planejamento urbano e moradia no Brasil. Caderno 22, Março/ 1993.

CHAUL, Marilena. *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas.* São Paulo: Cortez, 5ª ed., 1990.

CHAVES, Elza Guedes. *De invasor a posseiro: Metamorfose de uma identidade.* In: Centro de Estudos da Cultura Popular - CECUP (org.). *Cadernos n. 2. , v.II,* Goiânia: outubro/1987.

COHENE, Regina de Oliveira. *Reorganização Comunitária: Uma experiência política com as lideranças do Jardim Ilha Continente.* Florianópolis: UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político.* Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 1992.

COVRE, Maria de Lourdes M. (org). *A cidadania que não temos.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

DEMO, Pedro. *Participação é Conquista.* São Paulo: Cortez, 1988.

Pobreza Política. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 1991.

E AGORA ? O que é assessoria aos Movimentos Populares ? Publicação da FASE-SP, CPV, SOF e PÓLIS, nº 6, nov/1991.

ENGELS, Friedrich. *Contribuição ao problema da habitação.* In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega , v. 2, 1953.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A Política Social do Estado Capitalista. As funções da Previdência e Assistência Sociais.* São Paulo: Cortez, 1991.

GOHN, Maria da Gloria. *As relações Sociedade Civil e Estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação.* In: *Serviço Social e Sociedade.* n. 36. São Paulo: Cortez, 1991.

Movimentos Populares Urbanos e Democracia. In: *Serviço Social e Sociedade.* n.17, São Paulo: Cortez, 1985.

Movimentos Sociais e luta pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991.

Reivindicações Populares Urbanas. São Paulo: Cortez, 1982.

Assessorias aos Movimentos Populares: mediações necessárias. São Paulo, 1987, mimeo.

_____ Movimentos Sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GROH, Vilson. *História do CEDEP. Entrevista realizada pelo Setor de Comunicação do CEDEP*. Florianópolis, 1994.

HABERT, Nadine. *A Década de 70. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. *Uma concepção teórica da reprodução das relações sociais*. In: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1986.

JACOBI, Pedro Roberto. *Movimentos Sociais: Teoria e Prática*. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo (org). *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Terra de habitação, terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984.

LANDIM, Leilah (org). *A serviço do Movimento Popular*. In: *Sem fins lucrativos: As Organizações não Governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

LIMA, Eliete & CUNHA, Gisele. *Homens e mulheres construindo o caminho para a libertação*. Florianópolis: UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1992.

LOJKINE, Jean. *Da política estatal à política urbana: O papel do Estado na urbanização capitalista*. In: *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINELLI, Maria Lucia. *Alianças e consenso no Serviço Social*. In: *Serviço Social e Sociedade*. n.22, São Paulo: Cortez, 1986.

MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. *Estado e Políticas Sociais no Brasil*. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 1992.

POLIS. *Articulação do Movimento Popular: um desafio*. Debate realizado pelo Movimento Popular.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5^a ed., 1977.

- RODRIGUES, Marly. A Década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1992.
- SADER, Eder. Brasil: As riquezas e as impotências da burguesia. In: Um Rumor de Botas. São Paulo: Polis, 1982.
- SCHERER, Elenise F. Classes Populares e Ampliação da Cidadania. In: Serviço Social e Sociedade. n. 23. São Paulo: Cortez, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (orgs). Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Lutas urbanas, Estado e cidadania: Novos Movimentos Sociais, a construção da democracia e o papel dos mediadores. Campos do Jordão: X Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1986.
-
- Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHULER, Maristela Rosa Abatti. Uma proposta de um novo Movimento Social: Associação de Moradores da Serrinha. Florianópolis: UFSC, Trabalho de Conclusão de Curso, 1992.
- SERRA, Rose Mary Souza. O Estado como problema teórico. In: A Prática Institucionalizada do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1982.
- SIMIONATTO, Ivete. A reificação das relações sociais. In: Serviço Social e Sociedade. n. 29. São Paulo: Cortez, 1989.
-
- Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: PUC, Tese de Doutorado, 1993.
- TELLES, Vera da Silva. Movimentos Sociais: Reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo (org). Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- VASCONCELOS, Ana Maria. Intenção-Ação no Trabalho Social. São Paulo: Cortez, 1985.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo & BONDUKI, Nabil George. Política Habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, Maria de Lourdes (Org). A cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VILLA-BÔAS, Renata (org). *Participação Popular nos Governos Locais*. São Paulo: PÓLIS, n° 14, 1994.

ANEXO

anexo 1



setembro / 94



Avenida central pavimentada
novembro / 94

anexo 2



construção da creche
26 nov 94



Centro de Profissionalização Popular
26 nov 94

anexo 3



Grupo de Jovens
16 out 94



festa para as crianças da comunidade organizada pelo
Grupo de Jovens — 16 out 94

anexo 4



encontro na Comunidade Chico Mendes
05 mar 94



eleição para o Conselho do Fundo Municipal de
Integração Social — 12 ago 94

anexo 5



encontro na Comunidade Santa Terezinha II
04 jun 94



encontro na Comunidade Mont Serrat
06 ago 94

anexo 6



encontro em Tijuca - SC
1993



encontro no Bairro da Colônia
junho / 93